

DOCUMENTO EXPLICATIVO PARA O CRITÉRIO DO COMÉRCIO JUSTO FAIRTRADE PARA ORGANIZAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES



Fotos: Chá – Vietnã, Açúcar – Paraguai, Café – Equador, D. Gentilhomme; Algodão - Mali, F. Raevens

Objetivo deste documento

O documento explicativo das Organizações de Pequenos Produtores (OPP) fornece respostas a perguntas relativas aos Critérios do Comércio Justo Fairtrade feitas pelas organizações de pequenos produtores que já são ou querem se tornar certificadas do Comércio Justo Fairtrade. Este documento pode ser usado como um guia prático para os membros, funcionários, membros do Conselho, trabalhadores e subcomitês das Organizações de Pequenos Produtores (OPP) para a implementação dos Critérios do Comércio Justo Fairtrade. Destina-se a ser um documento de referência para ajudar a esclarecer as áreas difíceis do Critério para torná-lo mais fácil de entender.

O documento explicativo fornece uma descrição dos requisitos do Critério de acordo com os prazos aplicáveis - o que tem que ser feito no Ano 0, 1, 3, 6, e uma visão geral das características mais importantes do Critério. O documento contém dicas práticas, definições, estudos de casos, exemplos e recursos, tudo destinado a esclarecer os requisitos do Critério para OPP para ser usado pelo produtor.

Toda organização é diferente, e os representantes das organizações de pequenos produtores também podem pedir conselhos regionais práticos e específicos ao Oficial de Suporte do Comércio Justo ou à Unidade de Relações e Serviços ao Produtor (RSP)/Rede de Produtores (RP) para a região. Em caso de dúvida, as RSP/ RP podem ser perguntadas.

O documento explicativo das OPP é um documento de referência e um complemento para o Critério do Comércio Justo para OPP. Para fins de conformidade, o Critério para Organizações de Pequenos Produtores é o documento oficial em relação ao qual os produtores são auditados. Todos os Critérios do Comércio Justo Fairtrade estão disponíveis gratuitamente para download no site da Fairtrade International: http://www.fairtrade.net/our_standards.html

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
O que é o Comércio Justo?	3
Quem é um pequeno produtor?	3
Como os produtores são certificados e auditados?	4
Como usar este documento	5
2. COMÉRCIO	6
2.1 Rastreabilidade	6
2.2 Fornecimento	9
2.3 Contratos	11
2.4 Utilização da Marca de Comércio Justo FAIRTRADE	12
3. PRODUÇÃO	14
3.1 Gestão das Práticas de Produção	14
3.2 Desenvolvimento Ambiental	16
Manejo Integrado de Pragas	16
Uso e Manejo adequados de Pesticidas e outros Produtos Químicos Perigosos	20
Escolha dos Pesticidas Utilizados	27
Solo e Água	32
Resíduos	35
OGM	37
Biodiversidade	40
Energia e Gases de Efeito Estufa (GEE)	45
3.3 Condições de Trabalho	48
Livre de Discriminação	48
Liberdade de Trabalho	49
Trabalho Infantil e Proteção à Criança	51
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	53
Condições de Emprego	55
Saúde e Segurança Ocupacionais	57
4. NEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO	60
4.1 Potencial de Desenvolvimento	60
4.2 Democracia, Participação e Transparência	62
4.3 Não Discriminação	64
Anexo 1: Lista condensada de requisitos para OPP, em ordem cronológica	65

1. INTRODUÇÃO

O que é o Comércio Justo?

A visão da Fairtrade International é um mundo em que todos os produtores podem desfrutar de meios de vida sustentáveis e seguros, podem realizar seus potenciais e decidir sobre o futuro. É uma relação de comércio à procura de equidade que conecta produtores e consumidores desfavorecidos. Ele permite que os produtores atinjam mercados de exportação em condições mais justas, reforcem a sua posição no comércio internacional, obtenham um melhor acesso ao financiamento, participem de programas de capacitação e, em geral, tenham mais controle sobre suas vidas. Há respeito, transparência e diálogo entre produtores, comerciantes e consumidores.

Para serem parte do sistema do Comércio Justo Fairtrade, os comerciantes e os produtores têm que atender a certos critérios que são definidos nos Critérios do Comércio Justo estabelecidos pela Fairtrade International. A FLO-CERT (empresa de certificação independente do Comércio Justo) gerencia o processo de auditoria e certificação para garantir o cumprimento dos princípios do Comércio Justo Fairtrade.

Quem é um pequeno produtor?

A definição depende do que os agricultores realmente produzem. A Fairtrade International distingue dois grupos de culturas que diferem basicamente pelas suas dependências de mão de obra externa.

Para **cacau, café, ervas & chás de ervas e especiarias, mel, nozes, sementes de oleaginosas, cereais e algodão em caroço** os pequenos produtores são aqueles que não são estruturalmente dependentes de mão de obra contratada permanente e que gerenciam suas fazendas, principalmente, com o seu próprio trabalho e de sua família. Os produtores podem contratar trabalhadores se o trabalho de sua família não for suficiente durante os períodos de pico, como a semeadura e a colheita. No entanto, os trabalhadores não são geralmente empregados de forma permanente durante todo o ano de produção destas culturas.

A produção mais dependente de trabalho - **açúcar de cana, frutas & verduras preparadas e conservadas, frutas frescas, vegetais frescos e chá** - muitas vezes requer trabalhadores contratados permanentes durante todo o ano. Se este for o caso, os produtores destas culturas têm de cumprir todos os seguintes critérios, de modo a estar em conformidade com o Critério para OPP:

- Apenas um número limitado de trabalhadores contratados permanentes, além da família, devem trabalhar na propriedade. O número depende do tamanho da terra (hectares) e das culturas.
- A atividade principal de trabalho dos produtores é o cultivo na terra onde trabalham.
- A venda da colheita de suas atividades agrícolas deve ser a principal fonte de renda.
- Um produtor não deve cultivar mais terra do que o tamanho normal de terra para essa cultura na região.

Mais informações sobre a interpretação do órgão de certificação podem ser encontradas no documento "Definição de pequeno produtor para Organizações de Pequenos Produtores" da FLO-CERT: <http://www.flo-cert.net/flo-cert/37.html>

O que é uma organização de pequenos produtores?

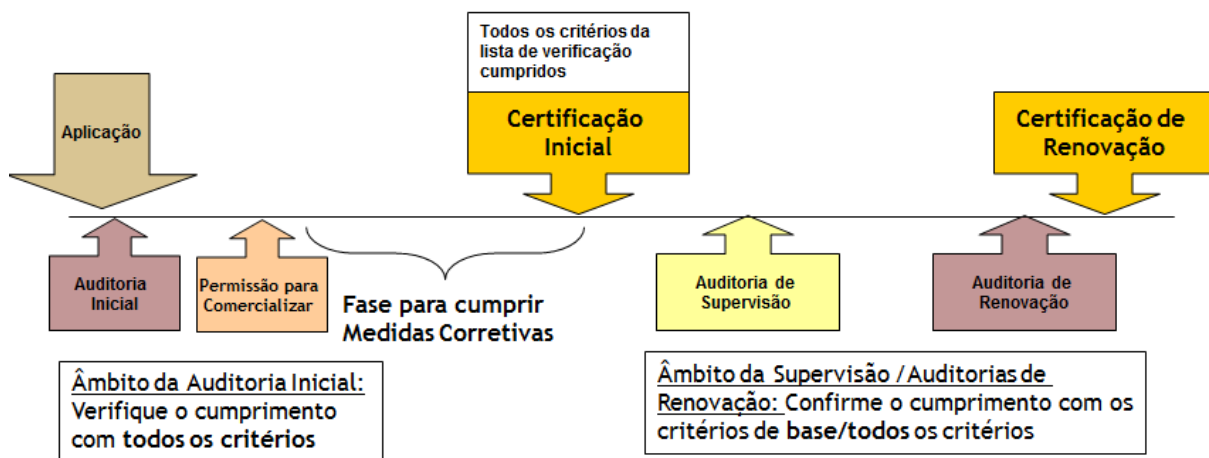
Pequenos produtores podem participar do Comércio Justo se tiverem formado organizações de produtores (cooperativas, associações ou outros tipos de organizações) que são capazes de se envolver em atividades comerciais e contribuir para o desenvolvimento social e econômico ambientalmente sustentável de seus membros e de suas comunidades. As organizações têm de ser controladas democraticamente por seus membros, o que significa que todas as pessoas têm direito de voto direto ou é representado por um alguém que vote em nome de várias pessoas.

Todos os produtos que a organização vender como Comércio Justo Fairtrade têm de vir de seus membros.

Como os produtores são certificados e auditados?

Se você deseja se candidatar à certificação do Comércio Justo, deve contactar a FLO-CERT - o órgão de certificação do sistema do Comércio Justo Fairtrade. Você pode encontrar mais informações sobre o processo de inscrição em seu site: <http://www.flo-cert.net/flo-cert/60.html?&L=0>. Depois de ter se candidatado para a certificação, uma auditoria inicial será conduzida. Sua organização receberá uma permissão para o comércio, se nenhuma não-conformidade for encontrada nos principais requisitos e, em seguida, será certificada por três anos, uma vez que todas as outras não-conformidades forem resolvidas. Auditorias de supervisão são realizadas para confirmar que a sua organização está em conformidade com os Critérios do Comércio Justo Fairtrade (ver imagem abaixo).

Ciclo de certificação



Durante as auditorias e para as decisões de certificação, o órgão de certificação segue a formulação exata do Critério do Comércio Justo Fairtrade e seus objetivos. Pontos de controle verificáveis, os chamados *critérios de conformidade*, são usados pelo auditor. Os critérios de conformidade refletem o conteúdo dos Critérios do Comércio Justo Fairtrade. Os critérios de conformidade (ou seja, uma lista do que é esperado que os produtores façam para que possam cumprir com os Critérios) são publicados pela FLO-CERT. Esta é uma lista de verificação valiosa e pode ser acessada aqui: <http://www.flo-cert.net/flo-cert/37.html>.

Além disso, a Fairtrade International exige que você sempre respeite a legislação nacional. Quando os Critérios da Fairtrade International forem mais altos do que a legislação nacional, os Critérios da Fairtrade International se aplicam.

No Critério você encontrará dois tipos de requisitos:

- **Requisitos Básicos** refletem os princípios do Comércio Justo. Você deve cumprir com os requisitos básicos em todos os momentos, levando em conta o cronograma aplicável.
- **Requisitos de desenvolvimento** referem-se às melhorias contínuas que as organizações certificadas devem fazer. Você deve estar em conformidade com uma pontuação média.

Como usar este documento

Este documento segue a organização do Critério para organizações de pequenos produtores. Os requisitos em cada seção são então apresentados em formato de tabela e discriminados pelo que o produtor deve fazer em cada ano. Lendo as colunas da tabela da esquerda para a direita, as colunas mostram o número do critério, um B ou um D, que representam, se o critério é um critério BÁSICO ou um critério de DESENVOLVIMENTO. A coluna seguinte é um breve texto afirmando o que é necessário. A próxima coluna terá a letra O ou M ou ambas as letras que identificam se o requisito é para ser seguido no nível da ORGANIZAÇÃO ou no nível de MEMBRO. A última coluna é uma caixa de seleção que se destina ao produtor para que este verifique se um requisito foi cumprido ou compreendido. Cabe ao produtor ou à organização decidir se eles acham que é útil ou não.

2.1.1	B	Separe produtos de membros e não-membros.	O	<input type="checkbox"/>
-------	----------	-------------------------------------------	----------	--------------------------

Após os requisitos serem apresentados em formato de cronograma e tabela, uma explicação mais detalhada do motivo pelo qual o requisito é importante, exemplos e formas como os produtores podem atingir o cumprimento são também dadas. Finalmente, referências e links para documentos externos que fornecem informações práticas adicionais podem ser encontrados.

2. COMÉRCIO

2.1 Rastreabilidade

Ano 0

2.1.1	B	Separe produtos de membros e não-membros.	O	<input type="checkbox"/>
2.1.2	B	Tenha um fluxo de produto escrito que vai dos membros até o primeiro comprador.	O	<input type="checkbox"/>
2.1.3	B	Mantenha registros dos produtos comprados dos membros.	O	<input type="checkbox"/>
2.1.4	B	Identifique documentos de vendas como de Comércio Justo Fairtrade.	O	<input type="checkbox"/>
2.1.5	B	Mantenha registros de vendas de Comércio Justo Fairtrade.	O	<input type="checkbox"/>
2.1.6	B	Mantenha registros de processamento.	O	<input type="checkbox"/>
2.1.7	B	Marque um produto de Comércio Justo Fairtrade como Comércio Justo Fairtrade (a menos que venda cacau, açúcar de cana, suco ou chá para operadores sem rastreabilidade física).	O	<input type="checkbox"/>
2.1.8	B	Para o cacau, açúcar de cana, suco ou chá, os produtores que vendem sem rastreabilidade física podem aplicar as regras de balanço de massa somente na etapa de processamento.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1

Ano 3

Não existem requisitos no Ano 3

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6

Por que isso é importante?

Rastreabilidade significa que os produtos do Comércio Justo Fairtrade individuais são identificáveis como Comércio Justo Fairtrade em todas as etapas da cadeia de fornecimento e em todos os documentos relevantes e embalagens.

A rastreabilidade garante que os produtos vendidos como Comércio Justo Fairtrade realmente vêm de produtores que produzem de acordo com os Critérios do Comércio Justo Fairtrade. A certificação, portanto, garante a autenticidade e a integridade dos produtos do

Comércio Justo Fairtrade a serem adquiridos pelos consumidores.

O objetivo da Rastreabilidade Documental e o Balanço de Massa é garantir que os produtores do Comércio Justo Fairtrade receberam o Preço Mínimo do Comércio Justo e o Prêmio do Comércio Justo corretos.

As regras sobre a rastreabilidade são divididas em três seções:

- Requisitos de **Rastreabilidade documental** → aplicável a todos os produtores
- Requisitos de **Rastreabilidade física** → aplicável a todos os produtores, exceto aos de cacau, açúcar de cana, suco de frutas e chá que processam por si próprios
- Requisitos de **Balanço de Massa** → aplicável aos produtores de cacau, açúcar de cana, suco e chá sem rastreabilidade física

O que devo fazer?

Rastreabilidade Documental

Todos os operadores do Comércio Justo devem mostrar rastreabilidade documental. Isso significa que você tem que escrever como os produtos se deslocam dos membros para os compradores. Os membros levam os seus produtos para um ponto de coleta ou a organização busca os produtos nas propriedades dos membros? O que acontece com os produtos dentro de sua organização (processamento, armazenamento) e como você vende os produtos para o primeiro comprador (como você entrega o seu produto?). A fim de identificar claramente o quanto seus membros entregam individualmente e como um todo, você tem que manter registros dos produtos comprados dos membros. Em casos em que haja membros que sejam também membros de outra organização certificada do Comércio Justo Fairtrade para o mesmo produto certificado, é importante dar uma atenção especial para a rastreabilidade dos produtos desses membros. Os produtos do Comércio Justo Fairtrade tem de ser identificados em todos os documentos com uma marca de identificação, por exemplo, com as palavras "Fairtrade International" e com a identificação (ID) da Fairtrade International do comprador. Contratos, documentos de carga, notas de entrega, faturas, etc. irão demonstrar quais volumes de produtos do Comércio Justo foram comercializados. As informações a seguir devem ser documentadas:

- Venda do produto do Comércio Justo: O que foi vendido (forma do produto, volumes)? Quando?
- Processamento do produto: Tipo de processamento? Rendimentos?

Rastreabilidade Física

Rastreabilidade física em uma cadeia de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade é a capacidade de seguir um produto específico do Comércio Justo Fairtrade ao longo de toda a cadeia de fornecimento e através de todas as fases de produção e processamento. Os produtos do Comércio Justo Fairtrade sempre tem que ser separados dos produtos não-Comércio Justo (exceções se aplicam a produtos do cacau, chá, açúcar e suco). Por exemplo: o café do Comércio Justo Fairtrade não pode ser misturado no transporte com o café não-Comércio Justo Fairtrade e o arroz do Comércio Justo Fairtrade não pode ser armazenado no mesmo silo com arroz não-Comércio Justo Fairtrade.



Quando um produto for processado, produtos Comércio Justo Fairtrade e não-Comércio Justo Fairtrade precisam de ser processados em diferentes linhas de processamento. Se isso não for possível, os produtos do Comércio Justo Fairtrade têm de ser processados em um momento diferente dos produtos não-Comércio Justo Fairtrade. Você tem que se

certificar de que não há risco dos produtos do Comércio Justo Fairtrade serem substituídos por produtos não-Comércio Justo Fairtrade.

Cabe a você escolher como você vai garantir a rastreabilidade física. Você tem que certificar-se de que o produto está claramente identificável ou marcado como "Fairtrade International" com o número de identificação da Fairtrade International, números de lote e/ou marcas de identificação do produto.

A Rastreabilidade Física é obrigatória?

Em princípio, os Critérios da Fairtrade International exigem a rastreabilidade física para todos os produtos e operadores.

A Fairtrade International não quer colocar expectativas exageradas nos produtores e comerciantes do Comércio Justo Fairtrade. A rastreabilidade física na fase de processamento de produtos do cacau, chá, açúcar e suco não seria possível sem a exclusão de um número significativo de produtores e trabalhadores dos benefícios do Comércio Justo Fairtrade - e muitas vezes estes são os mais marginalizados. Ao exigir a rastreabilidade física de produtos os quais os produtores não têm controle sobre o processamento, produtores e trabalhadores perderiam oportunidades de vender em termos de Comércio Justo se as empresas de processamento de seus produtos não mantivessem os produtos do Comércio Justo Fairtrade separados. Como resultado, açúcar, suco de frutas, chá e cacau estão isentos dos requisitos de rastreabilidade física da fase de processamento em diante.

Se você produzir e processor cacau, chá, suco e açúcar, você pode escolher se sua produção será fisicamente rastreável ou não. Se você, como produtor de cacau, chá, suco e açúcar quiser que seus produtos sejam fisicamente rastreáveis ao longo da cadeia de fornecimento, você precisa ter certeza de que os operadores do Comércio Justo Fairtrade para quem você vende foram auditados com sucesso em relação às regras de rastreabilidade física no Critério Comercial do Comércio Justo Fairtrade.

Como produtor de cacau, chá, suco ou açúcar, você pode, portanto, solicitar ao órgão de certificação para ser auditado em relação às regras de rastreabilidade física. Se você cumprir com elas, você será capaz de vender para operadores com rastreabilidade física ao longo da cadeia de fornecimento.

Balanço de Massa

O Balanço de Massa é aplicável apenas para os operadores de cacau, açúcar de cana, suco e chá sem rastreabilidade física.

Single Site Mass Balance significa que quando você entrega uma quantidade de ingredientes do Comércio Justo Fairtrade para uma fábrica ou para um local, apenas a quantidade equivalente de produto processado do Comércio Justo Fairtrade deve deixar esse local para ser vendido como Comércio Justo Fairtrade. Por exemplo, se você entregar uma tonelada de chá do Comércio Justo Fairtrade para uma fábrica para processamento, a fábrica só pode vender a quantidade equivalente de chá processado como Comércio Justo Fairtrade.

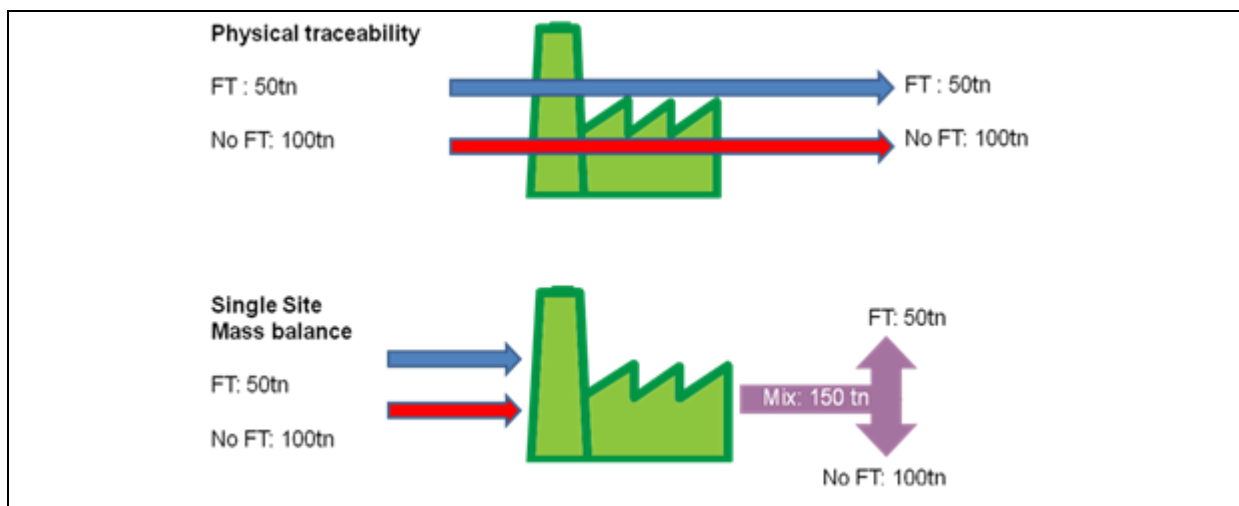


Figura 2: A rastreabilidade física e as práticas de Single Site Mass Balance. A seta azul representa o fluxo de produtos do Comércio Justo Fairtrade e a seta vermelha o fluxo de produtos não-Comércio Justo Fairtrade através da fábrica verde (neste exemplo, o rendimento do processamento é de 100%).

Se você implementa o Balanço de Massa, o resultado do Comércio Justo Fairtrade deve ser do mesmo tipo e qualidade que os produtos do Comércio Justo Fairtrade que foram entregues para o processamento. Isso significa que, se um produtor vende chocolate feito com cacau do Comércio Justo de alta qualidade, o ingrediente do Comércio Justo comprado não pode ser grãos de cacau de baixa qualidade; se um produtor vende açúcar orgânico do Comércio Justo, o ingrediente comprado não pode ser açúcar não-orgânico do Comércio Justo; e se um produtor vende chá verde do Comércio Justo, o ingrediente comprado não pode ser chá preto do Comércio Justo.

Operadores de açúcar sem rastreabilidade física que usarem o açúcar de beterraba e o açúcar de cana do Comércio Justo em suas fábricas têm que ter certeza que os produtos feitos exclusivamente de açúcar de beterraba não serão comercializados como Comércio Justo Fairtrade.

Links / referências

http://pip.coleacp.org/files/documents/COLEAC001_PIP_Module_2_UK_pp.pdf

2.2 Fornecimento

Ano 0

2.2.1	B	Para os produtores do Comércio Justo Fairtrade recém-certificados, vocês podem vender produtos como Comércio Justo Fairtrade que vocês tiveram em estoque durante o ano passado, mas não mais.	O	<input type="checkbox"/>
-------	---	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1

Ano 3

Não existem requisitos no Ano 3

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6

Por que isso é importante?

Ao obter a certificação você pode começar a vender os produtos recém colhidos ou estocados sem ter que esperar para a próxima safra ou produção.

O que devo fazer?

Este requisito diz respeito às culturas colhidas antes de você ser certificado. Você pode vender todos os produtos mantidos em estoque até um ano antes de sua certificação inicial.

Documentos para provar que os produtos foram apenas mantidos em estoque por até um ano incluem:

Registros de compra/coleta para os produtos de membros, registros de processamento (números de lote, relação de rendimento), registros de armazenamento (armazenamento próprio, armazém externo, quando aplicável), registros de vendas (vendas locais e internacionais).

Os produtos que forem colhidos antes da certificação e que forem vendidos como Comércio Justo Fairtrade também devem ser rastreáveis, de modo que todos os requisitos de rastreabilidade ainda se apliquem. Para provar que os produtos do Comércio Justo Fairtrade só foram provenientes de membros, você precisa adicionalmente de listas e registros detalhados dos membros.

2.3 Contratos

Ano 0

2.3.1	B	Não assine novos contratos de Comércio Justo Fairtrade se estiver suspenso.	O	<input type="checkbox"/>
2.3.2	B	Pare de vender produtos do Comércio Justo Fairtrade imediatamente se você for descertificado.	O	<input type="checkbox"/>
2.3.3	B	Novos Preços do Comércio Justo para novos contratos. Contratos assinados não mudam, mesmo que novos preços sejam publicados.	O	<input type="checkbox"/>
2.3.4	B	Assine contratos fornecidos por seus compradores.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1

Ano 3

Não existem requisitos no Ano 3

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6

Por que isso é importante?

Todas as vendas do Comércio Justo Fairtrade devem ser reguladas através de contratos escritos acordados por ambas as partes. Quando um contrato é assinado, há uma responsabilidade mútua de que ambas as partes devem seguir os termos do contrato. Do lado do produtor, isso significa garantir que as entregas serão feitas na íntegra, na hora certa e com a qualidade esperada, de acordo com os termos do contrato.

Contratos declaram explicitamente:

- o quanto do produto é vendido,
- qual é a qualidade exigida,
- quanto o comprador tem que pagar,
- quando ele/ela tem que pagar e
- como e quando o produto deve ser entregue.

Os produtores podem sempre pedir o acesso aos contratos entre o pagador do Comércio Justo e o transportador do Comércio Justo e o transportador tem que torná-los disponíveis a qualquer momento. Os produtores podem, em seguida, verificar o acordo entre o pagador do Comércio Justo e o transportador do Comércio Justo e ver se a quantidade correta de dinheiro foi transferido para eles.

O que devo fazer?

Se você ou seus compradores estiverem suspensos do Comércio Justo Fairtrade, você não estará autorizado a assinar novos contratos de Comércio Justo Fairtrade. As entregas dos produtos do Comércio Justo Fairtrade já acordadas em contratos assinados devem ser cumpridas a menos que ambas as partes concordem em contrário. Caso você ou seu

comprador seja descertificado, a venda ou compra de produtos como Comércio Justo Fairtrade tem que parar imediatamente. Esta regra deve ser respeitada a partir da data da perda da certificação. Se a Fairtrade publicar novos Preços Mínimos do Comércio Justo, os preços em contratos já assinados devem ser respeitados.

2.4 Utilização da Marca de Comércio Justo FAIRTRADE

Ano 0

2.4.1	B	Tenha permissão para o uso da Marca de Comércio Justo FAIRTRADE em embalagens por atacado ou material promocional externo.	O	<input type="checkbox"/>
2.4.2	B	Assine contrato com a Fairtrade International ou com uma organização de Comércio Justo Fairtrade nacional, se você quiser vender produtos acabados do Comércio Justo para consumidores sob sua própria marca com a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE .	O	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1

Ano 3

Não existem requisitos no Ano 3

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6

Por que isso é importante?

É necessário formalizar o uso da Marca de Comércio Justo FAIRTRADE para que esta não seja usada de forma inadequada. Isto ajuda a proteger a integridade da marca.

O que é material promocional externo?

Materiais criados para promover os produtos do Comércio Justo Fairtrade que as organizações produzem e comercializam fora da organização.

O que devo fazer?



Se você quiser usar a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE internamente, você não precisa de permissão. Isto inclui o uso em:

- cartazes e panfletos (com informações para membros), pinturas de parede, ativos

financiados com o Prêmio do Comércio Justo para marcar projetos de Prêmio do Comércio Justo.

Se você quiser usar a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE em material promocional externo, você pode, mas primeiro deve pedir permissão à Fairtrade International (artwork@fairtrade.net). Isto inclui o uso em:

- caixas de exportação/transporte, tambores, sacos ou outros recipientes para produtos por atacado
- brochuras, faturas, sites, boletins de informações do produto ou qualquer outro material a ser utilizado fora da organização - em todos os casos, desde que a logomarca Fairtrade do Comércio Justo esteja claramente ligada ao produto certificado e não seja usada como cabeçalho ou rodapé

Você não pode usar a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE:

- em cartões de visita ou papel timbrado
- como um banner no seu website
- com/como seu logotipo
- em produtos para serem vendidos em lojas locais ou em qualquer produto acabado do Comércio Justo Fairtrade para consumidores, a menos que você tenha um contrato de licença (veja abaixo para mais informações).

Posso usar o logotipo redondo que a Fairtrade International está usando agora?

Não. O logotipo redondo, chamado de logomarca da Fairtrade International é a identidade corporativa da Fairtrade International e só pode ser utilizada pela organização em Bonn, por seus membros e membros associados.



Se eu já estiver usando a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE em folhetos/no nosso site/em outros materiais promocionais externos, o que devo fazer?

FAIRTRADE
INTERNATIONAL

Você deve escrever para a Fairtrade International (artwork@fairtrade.net) para mais informações sobre como usar a logomarca da Fairtrade corretamente e para descobrir os próximos passos a tomar.

Vou ser suspenso ou descertificado se o auditor descobrir o uso da Marca de Comércio Justo FAIRTRADE sem permissão?

Se você estiver usando a marca em qualquer material promocional, como descrito acima, escreva para artwork@fairtrade.net para pedir permissão. Se você estiver usando a marca de acordo com as regras, você receberá permissão. Se nem todas as regras forem respeitadas, você terá que provar ao auditor que você implementou as mudanças necessárias. Se você ainda está à espera de uma resposta da Fairtrade International, isso será suficiente para provar que você solicitou autorização para utilizar a marca.

Você não deve ter medo de ser descertificado por causa do uso indevido da marca, se você entrar em contato com o nosso Coordenador de Arte. A Fairtrade International oferece-lhe uma vasta gama de soluções. É certamente mais fácil entrar em contato com o Coordenador de Arte antes de usar a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE, de modo que você possa ter certeza do que é permitido ou não.

Posso usar a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE em produtos acabados para os consumidores sob a minha própria marca?

Se você tiver um contrato de licença e recebeu aprovação da arte final de uma organização nacional de Comércio Justo Fairtrade ou da Fairtrade International, então sim.

Se você quiser usar a Marca de Comércio Justo FAIRTRADE em produtos acabados para serem vendidos aos consumidores sob a sua própria marca, seja em lojas locais ou em outro lugar, então você deve primeiro assinar um contrato de licença com a organização nacional de Comércio Justo Fairtrade ou Fairtrade International. Uma vez que você tiver um contrato, você será orientado sobre como usar corretamente a logomarca na embalagem. Para mais informações escreva para license@fairtrade.net.

Atenção: este já era um requisito no Critério Comercial antes dele ter sido incluído adicionalmente no Critério para OPP para melhorar a conscientização.

Se você tiver qualquer pergunta sobre o uso da Marca de Comércio Justo FAIRTRADE, suas diretrizes e o processo de aprovação, você pode escrever para artwork@fairtrade.net.

3. PRODUÇÃO

3.1 Gestão das Práticas de Produção

Ano 0

3.1.1	B	Informe os membros sobre os requisitos de produção.	O	<input type="checkbox"/>
-------	---	-----------------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 1

3.1.2	B	Identifique possíveis riscos de não cumprimento.	O	<input type="checkbox"/>
-------	---	--------------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 3

3.1.3	D	Repita a identificação de possíveis riscos de não cumprimento.	O	<input type="checkbox"/>
3.1.4	D	Tenha um procedimento para monitorar o desempenho.	O	<input type="checkbox"/>
3.1.5	D	Implemente um sistema de controle interno (SCI) para controlar o cumprimento com o Comércio Justo Fairtrade em todos os níveis da organização (para organizações de 2º ou 3º graus apenas)	O	<input type="checkbox"/>

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6

Por que isso é importante?

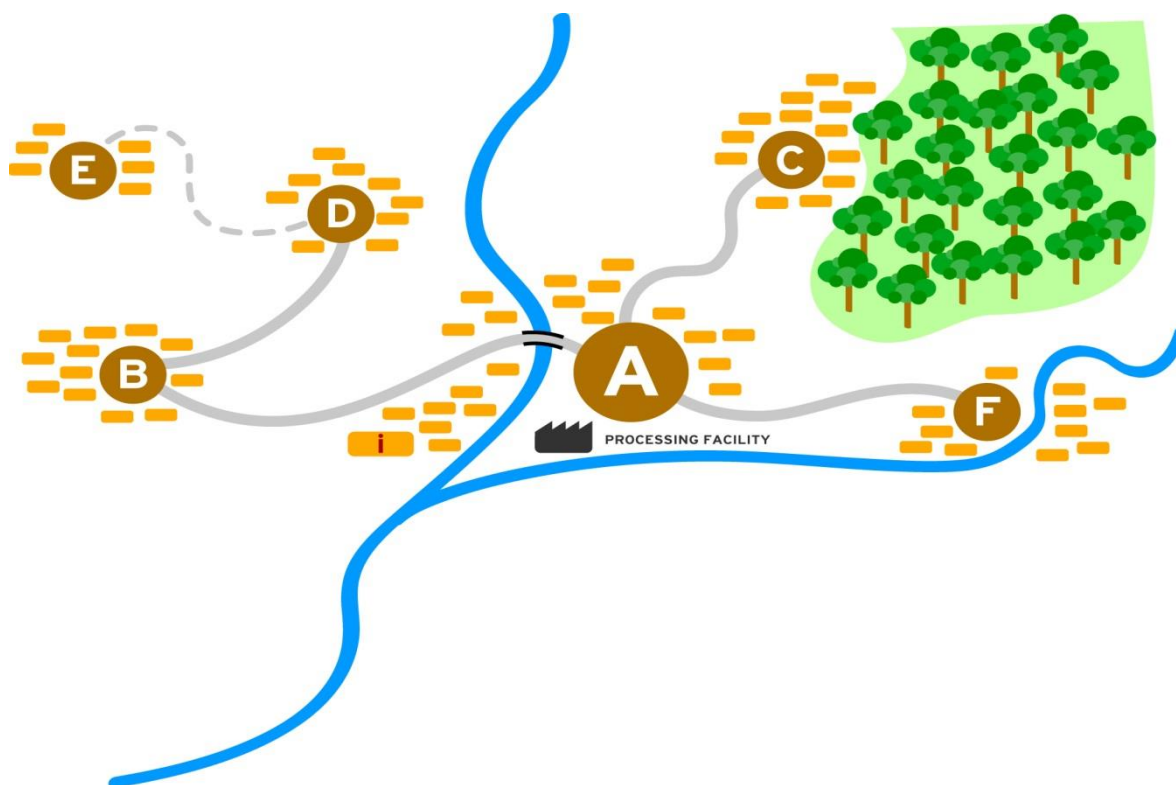
A gestão das práticas de produção ajudará as pequenas organizações de produtores a monitorar o desempenho dos seus membros em relação aos requisitos do Comércio Justo Fairtrade. Isso pode ajudar as organizações a melhorar a forma como elas fazem as coisas e tornar mais fácil para elas o cumprimento dos Critérios do Comércio Justo Fairtrade como uma organização.

O que devo fazer?

Os requisitos para a GPP (Gestão de Práticas de Produção) seguem uma abordagem gradual. Antes de se tornar certificado do Comércio Justo, você deve informar seus membros sobre os requisitos ambientais e trabalhistas que lhes sejam aplicáveis. Você pode escolher como isso pode ser alcançado, por exemplo, através de *workshops*, agricultores líderes ou tradução dos requisitos relevantes para a língua local. Durante a auditoria, a comprovação das atividades que foram realizadas deve ser mostrada aos auditores, através de coisas como listas de presença em *workshops*, relatórios ou requisitos traduzidos.

Como segundo passo, no primeiro ano de certificação a organização tem que identificar onde seus membros estão em risco de não cumprir com os requisitos ambientais e trabalhistas. O Critério não exige um levantamento completo de todos os membros para identificar os riscos. As próprias organizações e seus membros sabem quais são seus pontos fracos. As informações podem ser coletadas através de agricultores líderes, líderes comunitários, entrevistas a grupos com o mesmo foco ou quaisquer outras medidas. Você é livre para escolher como você quer documentar a identificação de riscos. Por exemplo, poderia ser um mapa de sua área indicando os requisitos que podem causar problemas em certos vilarejos.

Aqui está um exemplo de avaliação de riscos:



Comunidade A: Escritórios centrais da organização. Instalação de processamento com 20 trabalhadores: os critérios trabalhistas se aplicam e as condições de saúde e segurança podem ser melhoradas. Instalação de processamento descarregando águas residuais para o rio - risco de contaminação + Membro 1: grande membro com mais de 20 trabalhadores. Requisitos trabalhistas se aplicam.

Comunidade B: Nenhum risco identificado

Comunidade C: Perto de floresta não perturbada (considerada AVC) - Risco de expansão das propriedades locais e extração ilegal de madeira.

Comunidade D: Campos em encostas muito íngremes - Risco de erosão.

Comunidade E: Muito isolada, não há trabalhadores suficientes durante a época de colheita e não há escolas - Risco de trabalho infantil

Comunidade F: A única que não é orgânica e muito dependente de pesticidas - Risco de uso de materiais proibidos e risco de não cumprimento com as medidas de segurança.

Como requisito de desenvolvimento, você deve identificar os riscos regularmente, pelo menos a cada três anos, seguindo o ciclo de auditoria. A identificação dos riscos deve ajudá-lo a detectar suas próprias fraquezas e fortalecer as capacidades internas. Isto também deve preparar para a auditoria do Comércio Justo Fairtrade, uma vez que você pode identificar e agir nos pontos fracos de antemão.

Finalmente, você deve implementar um procedimento para monitorar o desempenho de seus membros em relação aos requisitos de produção. Se você for uma organização de 2º ou 3º grau, esse procedimento deve envolver a implementação de um sistema de controle interno (SCI) completo. Um SCI é um sistema no qual você se comporta como um certificador e um inspetor. Vocês controlam uns aos outros para ter certeza de que vocês estão cumprindo com os Critérios. Vocês descobrem os problemas por si mesmos. Vocês fazem planos para resolver os problemas e organizam medidas corretivas para os agricultores que não estão seguindo os requisitos. Para se certificar de que está funcionando e para ajudar a mostrar isso para a certificadora, você deve registrar todos os seus procedimentos e resultados.

Se você é uma organização de 1º grau um SCI também é uma opção, mas não uma obrigação. Um procedimento de acompanhamento poderia ser tão simples como um pedaço de papel de cada membro da organização afirmando seu desempenho em relação ao Critério. Isto também poderia começar apenas com o levantamento de certos membros e incluir progressivamente mais membros.

Links / referências

Manual de Treinamento para as organizações de pequenos produtores em Sistemas de Controle Interno (SCI)

http://www.fairtrade.net/information_and_training.html

3.2 Desenvolvimento Ambiental

Manejo Integrado de Pragas

Ano 0

Não existem requisitos no ano 0.

Ano 1

Não existem requisitos no ano 1.

Ano 3

3.2.2

D

Treine em MIP.

O



Ano 6

3.2.3

D

Demonstre a aplicação de pesticidas com base no conhecimento.

M



Por que isso é importante?

A Estratégia Ambiental do Comércio Justo Fairtrade se destina a permitir aos produtores enfrentar seus desafios ambientais, fortalecer seus meios de vida e contribuir para um planeta mais sustentável.

A abordagem em relação aos pesticidas se concentra em:

- proteger a saúde das pessoas envolvidas na produção de culturas de Comércio Justo Fairtrade; e
- apoiar a implementação de boas práticas agrícolas, a fim de avançar para a produção sustentável.

A abordagem promove uma estratégia de três vertentes para que os produtores:

- usem quantidades mínimas de pesticidas através da adoção do **manejo integrado de pragas (MIP)**;
- usem pesticidas com menor toxicidade (escolha dos pesticidas utilizados);
- usem pesticidas de forma adequada para evitar riscos através da redução à exposição de pessoas.

Quando medidas de MIP são introduzidas, os produtores são incentivados a gerir os seus sistemas de produção utilizando atributos naturais existentes presentes em suas áreas assim como seus conhecimentos tradicionais. O MIP oferece aos produtores a oportunidade de reduzir a quantidade de pesticidas utilizados, pois estes materiais são vistos como uma das várias medidas alternativas de controle e não a única.

Existem várias definições para Manejo Integrado de Pragas. Por exemplo, a definição da FAO: "**Manejo Integrado de Pragas (MIP)** significa a análise cuidadosa de todas as técnicas de controle de pragas disponíveis e a integração subsequente de medidas adequadas que desencorajem o desenvolvimento de populações de pragas e mantenham os pesticidas e outras intervenções em níveis que sejam economicamente justificados e reduzam ou minimizem os riscos para a saúde humana e o meio ambiente. O MIP enfatiza o crescimento de culturas saudáveis com a menor perturbação possível dos ecossistemas agrícolas e incentiva mecanismos naturais de controle de pragas."(1)

O Manejo Integrado de Pragas (MIP) é "uma abordagem ecossistêmica da produção agrícola e proteção que combina diferentes estratégias de gestão e práticas para o cultivo de colheitas saudáveis e minimiza o uso de pesticidas." (1)

O MIP incorpora três passos básicos: 1) prevenção, 2) monitoramento e 3) controle

Prevenção – O MIP começa antes mesmo da cultura ser plantada. A implementação do MIP exige conhecimento com base na abordagem ecossistêmica da produção agrícola. Proteção refere-se à necessidade dos produtores estarem bem informados sobre as condições que afetam o desenvolvimento da cultura, sobre suas pragas e doenças potenciais e seus inimigos naturais. Este conhecimento irá permitir que se plante de forma a evitar problemas para a colheita no futuro.

Alguns dos aspectos que podem ser levados em consideração são o local onde a cultura está sendo semeada, a distância entre o plantio de mudas, a presença de outras culturas ou de vegetação natural, a direção do vento e a presença de sombra. As condições em que a cultura vai ser plantada precisam ser consideradas.

O MIP baseia-se na observação cuidadosa da cultura e o campo onde ela cresce com o objetivo de identificar pragas e doenças, bem como inimigos naturais. É um conceito-chave que para cada cultura, um determinado nível de presença de praga ou doença pode ser tolerado, desde que ele não esteja causando um dano econômico significativo. Entender qual é este nível ou limiar e como as pragas e seus inimigos naturais interagem no campo é

a base para uma gestão integrada que não depende fortemente de pesticidas. Até mesmo o controle de doenças e pragas da agricultura convencional não deveria depender inteiramente ou principalmente dos pesticidas. Somente quando as medidas de controle preventivo e alternativo não forem capazes de controlar o problema e quando existir o risco de danos econômicos os pesticidas devem desempenhar um papel importante no controle. Para cada condição da cultura, o produtor precisa identificar aquele nível em que a presença da população da praga ou doença se transforma em um risco econômico para a cultura.

O **monitoramento** periódico das populações de pragas, doenças e inimigos naturais na cultura e no campo é necessário para manter os problemas potenciais sob controle e planejar quais tipos de intervenções são necessárias e quando. As intervenções podem se referir a medidas de prevenção ou de controle. Controle não deve ser muito dependente de pesticidas, mas incluir outros tipos de controle, como físico ou biológico.

A higiene é um exemplo de uma medida preventiva. Removendo folhagem doente ou velha, por exemplo, contribui para reduzir a incidência de certas doenças causadas por fungos, ou o uso de água que não abrigue pragas e doenças. Outras medidas preventivas incluem a implementação de técnicas de cultivo que minimizem o desenvolvimento de pragas e doenças ou que favoreçam o desenvolvimento de inimigos naturais, como a densidade de plantio, a quantidade de sombra sobre a cultura, a presença de barreiras de vento, e outros atributos em geral para o local. Estas medidas também podem incluir a rotação de culturas, coberturas de chão, mistura de compostos com o solo, remoção de plantas e partes de plantas infestadas de pragas e culturas intercalares.

Medidas de **controle** físico incluem o uso de armadilhas coloridas que atraem pragas. Medidas de controle biológico incluem a utilização de inimigos naturais. O uso de controle químico (pesticidas) dentro do MIP deverá ser reduzido em termos de quantidades. Espera-se também que os pesticidas sejam utilizados de forma adequada para que eles sejam mais eficientes e, sobretudo, para evitar a resistência. Quando se utiliza pesticidas, existe o risco de que as pragas ou doenças desenvolvam resistência aos mesmos, especialmente em casos em que o pesticida é frequentemente utilizado e não em rotação em conjunto com outros materiais. Quando a resistência acumula-se em pragas e doenças então o pesticida não é capaz de controlar a população da pragas. Isto normalmente resulta na necessidade de utilizar grandes quantidades de pesticidas.

O que devo fazer?

A organização deverá fornecer ou facilitar treinamento dos membro em MIP, que seja específico para a cultura do Comércio Justo Fairtrade. Treinamento em MIP inclui conhecimentos sobre

- as condições de desenvolvimento da cultura
- o ciclo de vida das pragas e doenças e o desenvolvimento das condições e seus efeitos sobre a cultura
- inimigos naturais
- medidas preventivas
- medidas de controle quem incluem os métodos de controle biológico, físico, químico e como usá-los de forma integrada
- como os pesticidas agem sobre as pragas e as doenças e como criar um programa de rotação de pesticidas

Implementação do MIP:

Considere as condições de plantio e medidas preventivas utilizadas antes de iniciar sua colheita.

- use material de plantio livre de pragas e doenças
- na medida do possível evite campos com história conhecida de presença de pragas e doenças
- considere a densidade de plantio
- considere outras condições climáticas e sombra
- evite áreas onde o solo é inundado

Estabeleça uma metodologia de monitoramento que inclui

- um método para definir o nível populacional das pragas e doenças que tenha impacto econômico sobre a cultura
- um método para monitorar que inclua a descrição do número de plantas a serem verificadas, a sua distribuição e a frequência e como as decisões de controle são feitas com base nessas informações.

Use diferentes estratégias de controle, sem depender fortemente de uma específica, especialmente pesticidas.

Links / referências

(1) <http://www.fao.org/agriculture/crops/core-themes/theme/pests/ipm/en/>

Referência em MIP: <http://www.epa.gov/pesticides/factsheets/ipm.htm>

Uso e Manejo adequados de Pesticidas e outros Produtos Químicos Perigosos

Ano 0

3.2.9	B	O armazenamento central de produtos químicos perigosos deve ser seguro.	O	<input type="checkbox"/>	
3.2.13	B	Não reutilize embalagens de agrotóxicos para comida ou água.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

3.2.7	B	Ao pulverizar pesticidas, mantenha tampão longe das pessoas.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.2.8	B	Ao pulverizar a partir do ar, não borrafe acima de atividade humana e água.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 3

3.2.4	B	Treine todos os manipuladores de pesticidas.	O	<input type="checkbox"/>	
3.2.5	B	Assegure equipamentos de proteção individual (EPI) para todos os membros e trabalhadores.	O	<input type="checkbox"/>	
3.2.6	D	Aumente a conscientização sobre os perigos e os riscos dos pesticidas para aqueles que não lidam com eles diretamente.	O	<input type="checkbox"/>	
3.2.10	B	Armazene pesticidas e outros materiais perigosos corretamente.	M	<input type="checkbox"/>	
3.2.11	D	Rotule claramente todos os pesticidas e produtos químicos perigosos.	M	<input type="checkbox"/>	
3.2.14	D	Lave três vezes, perfure e armazene adequadamente os recipientes vazios.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 6

3.2.12	D	O equipamento para derramamentos + plano de pulverização devem ter pouca solução sobrando.	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	--------------------------------------------------------------------------------------------	---	--------------------------

Por que isso é importante?

O termo pesticida refere-se a inseticidas, herbicidas, fungicidas, acaricidas, biocidas e algicidas. Os produtos químicos perigosos referem-se a substâncias que representam um perigo tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana, ou ambos (ver seção relativa a Resíduos). Os pesticidas e produtos químicos são vulgarmente utilizados nos locais de trabalho agrícolas. Além disso, os combustíveis, desinfetantes e emissões, tais como poeiras ou fumos também são consideradas substâncias perigosas.

"As substâncias perigosas incluem: (1):

- nocivas/tóxicas - causam danos temporários ou permanentes para as funções do corpo

- corrosivas - causam danos ao tecido vivo
- irritantes - causam irritação local para os tecidos vivos
- sensibilizantes - causam uma reação alérgica
- cancerígenas - causam câncer
- mutagênicas - causam danos genéticos
- uma substância tóxica para a reprodução humana

O capítulo sobre o “uso e manejo adequados de pesticidas e outros produtos químicos perigosos” refere-se ao armazenamento, rotulagem clara e manipulação dos pesticidas e outros produtos químicos perigosos em uso na propriedade e pela organização.

Alguns pesticidas são extremamente perigosos à saúde humana e ao meio ambiente. A intenção de todos os requisitos descritos no Critério do Comércio Justo Fairtrade para OPP é controlar o risco de exposição dos membros e dos trabalhadores a substâncias perigosas, para evitar acidentes e para evitar riscos a longo prazo. O tratamento adequado dos pesticidas e outros produtos químicos perigosos é fundamental para a saúde humana e ambiental.

Pesticidas e outros produtos químicos perigosos devem ser tratados adequadamente para evitar a exposição das pessoas a estas substâncias perigosas. A OPP deve cumprir certos regulamentos com relação à venda/distribuição, armazenamento e manuseio de agrotóxicos.

A OPP deve certificar-se de que indivíduos devidamente treinados desempenham as funções associadas com a distribuição, armazenamento e manuseio de pesticidas e outros produtos químicos perigosos. Programas de formação educacional servem para desenvolver habilidades, melhorar a competência do membro e do trabalhador e promover a conscientização.

O que devo fazer?

Os membros e trabalhadores da organização devem ser informados pela organização sobre questões químicas que (podem afetar) afetam sua saúde. Isso envolve a partilha de informação sobre os riscos associados ao armazenamento e manuseio de pesticidas e produtos químicos, sobre o conteúdo dos rótulos, sobre como lidar com acidentes e vazamentos, sobre a destinação correta de embalagens vazias, e sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Mais informações sobre estes temas e o que levar em consideração são apresentadas a seguir:

O que é a manipulação adequada: ser cuidadoso em todas as atividades nas quais os produtores estão envolvidos quando estiverem usando pesticidas e produtos químicos perigosos, como a produção, tratamento pós-colheita, processamento, armazenamento e transporte. Isto também abrange tomar cuidado ao limpar derrames e acidentes. Para garantir o uso adequado de pesticidas e outros produtos químicos perigosos devem estar disponíveis orientações claras sobre embalagem, transporte, transferência, armazenagem, distribuição, aplicação, derramamento e descarte de embalagens e resíduos.

Embalagem: Os pesticidas devem ser mantidos em suas embalagens originais. É importante que

- o conteúdo não possa escapar durante o manuseio, armazenamento, empilhamento, carga e descarga;
- o conteúdo não se deteriore ou estrague;
- o conteúdo seja etiquetado ou marcado com o selo original (ver abaixo).

Rotulagem: O propósito de uma etiqueta é que você saiba o que está em uma embalagem ou recipiente e que você saiba como usá-lo corretamente e como descartá-lo corretamente. A maioria dos pesticidas e produtos químicos perigosos têm requisitos de rotulagem

comparáveis.

Para garantir o manuseio adequado, a organização deve lhe fornecer uma explicação de todos os rótulos (veja abaixo) e/ou folhas de dados para todos os materiais utilizados. Você pode perguntar ao seu fornecedor por uma ficha de segurança química. A tradução dos principais conteúdos das fichas de dados para o seu idioma é útil (ou tradução para uma língua compreensível). As etiquetas devem indicar:

- o nome comercial do produto,
- materiais genéricos (princípios ativos),
- formulação no recipiente,
- concentração e doses para uso,
- exatamente para o que ele pode ser usado.

Sua organização deve assegurar, sempre que possível que os pesticidas sejam utilizados apenas para as culturas designadas.

Um treinamento sobre rótulos deve incluir informações sobre os símbolos de advertência e as palavras de alerta.

Símbolos de advertência

Símbolos visuais de advertência nos rótulos dos pesticidas indicam o tipo de dano que pode resultar o uso indevido ou mau uso do pesticida. Eles alertam o usuário para o grau de perigo (pelo formato da borda) e para o tipo de perigo (pela "imagem" no centro).



Inflamável

O símbolo de "**fogo**" é um aviso de que o pesticida é inflamável ou facilmente inflamável. Mantenha o pesticida longe do calor, faíscas ou chamas abertas. Não fume durante a mistura ou aplicação do produto.



Explosivo

O símbolo "**granada explodindo**" indica que o pesticida pode explodir, por exemplo, pesticidas em latas pressurizadas. Condições explosivas também podem ser criadas através do uso de *Roundup* ou *Rustler* (glifosato) em um tanque de pulverização de aço galvanizado.



Corrosivo

O símbolo "**mão corroída**" indica que o pesticida é corrosivo para a pele e olhos. O produto químico é ácido ou alcalino (soda cáustica) e pode queimar a pele. Proteja a pele e os olhos ao usar esses produtos.



Venenoso

O símbolo "**caveira e ossos cruzados**" adverte que o produto químico é venenoso se levado para dentro do corpo. Mantenha o produto fora do alcance de crianças. Use as

medidas adequadas ao lidar com produtos tóxicos, a fim de minimizar os riscos.

Fonte do panorama geral dos símbolos de advertência: [http://www1.agric.gov.ab.ca/\\$department/deptdocs.nsf/all/prm2375?opendocument](http://www1.agric.gov.ab.ca/$department/deptdocs.nsf/all/prm2375?opendocument) A origem dos materiais: <http://www.agriculture.alberta.ca>. O uso desses materiais pela Fairtrade International é feito sem qualquer afiliação ou endosso por parte do Governo de Alberta. O uso desses materiais pela Fairtrade International é de responsabilidade do usuário final.

Transporte:

Transporte adequado inclui:

- produtos contidos em recipientes de boa qualidade do fornecedor; nenhum recipiente danificado ou com vazamento deve ser aceito pelo fornecedor;
- nenhum veículo de transporte de produto deve danificar o recipiente (por exemplo, através de arestas cortantes ou pregos)
- colisões desnecessárias ou quedas violentas devem ser evitadas uma vez que os recipientes podem estourar ou enfraquecer;
- nenhuma informação fornecida com os pesticidas, como etiquetas que acompanham as fichas de informação ou de dados deve ser transportada com os produtos;
- empilhamento aleatório deve ser evitado durante o transporte (por exemplo, recipientes de produtos líquidos devem ser transportados com o lado superior para cima e cargas excessivas não devem ser colocadas em cima);
- pesticidas devem ser isolados de outros materiais transportados no mesmo veículo. Isto refere-se especialmente para a separação de alimentos e água de pesticidas transportados.
- pacotes solúveis em água devem ser protegidos de intempéries (chuva, por exemplo) por um teto do veículo ou revestimento à prova d'água;
- pesticidas não devem ser transportados ao lado do condutor do veículo e sempre separados das pessoas, dos alimentos e da água, por exemplo, agrotóxicos devem ser armazenados no porta-malas/parte traseira do veículo; motoristas devem tomar cuidado extra. Eles devem ter competência para tomar as devidas precauções em caso de derrame sempre que possível e evitar a contaminação de alguém oferecendo ajuda.

Transferência: Os pesticidas devem ser transferidos de um recipiente para outro apenas em casos excepcionais. Se tal for necessário, o recipiente de recepção deve ser:

- o recipiente do fabricante, quando possível, que já levou o mesmo produto;
- da mesma qualidade que o recipiente original;
- devidamente rotulado ou marcado com o nome comercial da substância ou o ingrediente ativo, de preferência mantendo a etiqueta original;
- completamente limpo e vazio;
- não excessivamente cheio com um líquido de modo a causar derramamento quando se despeja.

Derramamento: O derramamento de pesticida é tanto um desperdício como é perigoso. Deve ser evitado sempre que possível, mas se ocorrer, deve ser tratado de imediato. Ação em caso de derrame deve incluir:

- medidas imediatas para evitar que o derrame contamine uma área mais ampla;
- mantenha outras pessoas, animais e veículos distantes do local;
- utilize EPI adequado (veja abaixo);

- absorva a agroquímica com material absorvente (areia seca, terra ou aparas de madeira), retire o material contaminado (por exemplo, com uma vassoura e pá) e elimine-o de forma a minimizar os riscos à saúde;
- descontamine quaisquer vestígios de derrame incluindo aqueles em veículos ou em equipamentos através de lavagem e drenagem da água contaminada para um lugar seguro;
- tome banho ou lave-se imediatamente depois.

Eliminação: Os seguintes passos gerais devem ser observados durante a eliminação de resíduos:

- Nunca simplesmente despeje resíduos agroquímicos de forma aleatória.
- Nunca descarte agrotóxicos que possam causar qualquer risco para as pessoas ou para o meio ambiente.
- Sempre pergunte ao fornecedor se ele aceita os resíduos para a eliminação.
- Sempre que possível, os resíduos devem ser eliminados através de uma empresa ou pessoas licenciadas para lidar com a eliminação de resíduos. Obtenha conselhos sobre a eliminação com o fornecedor, autoridade local ou líder comunitário.
- Os resíduos devem ser eliminados o mais rápido possível, não devem ser acumulados.
- O usuário deve ler o rótulo da embalagem ou do recipiente para qualquer orientação específica sobre o descarte de resíduos.
- Embalagens de agrotóxicos vazias nunca devem ser reutilizadas. Todos os recipientes devem sempre ser cuidadosamente limpos antes do descarte. É melhor que eles sejam limpos seguindo as instruções do rótulo. Se não houver instruções, **lave os recipientes três vezes** com água. Certifique-se de que a água utilizada para a lavagem não contaminará o meio ambiente; particularmente a água potável.
- Os recipientes para líquidos devem ser esvaziados antes de serem limpos. Após a limpeza, os **recipientes devem ser perfurados** em vários lugares para torná-los inutilizáveis, e armazenados em um lugar seguro até que a sua eliminação seja organizada. Pacotes de pós secos devem ser sacudidos em um recipiente de mistura ou no tanque do aplicador.
- Em certos casos, pode ser permitido **queimar levemente embalagens contaminadas** como meio de eliminação. Gases e qualquer fumaça produzida podem, no entanto, apresentar um sério risco à saúde e o aconselhamento do fornecedor de agroquímicos deve ser procurado para qualquer atividade que não seja uma operação menor. A legislação nacional deve ser verificada adequadamente.

Armazenamento central: agroquímicos são mais vulneráveis a roubo, vandalismo, uso indevido acidental ou deliberadamente ou aos efeitos das condições climáticas extremas durante o armazenamento.

Os locais de armazenamento não devem ser localizados:

- em áreas onde podem ocorrer inundações ou com potencial para a poluição das fontes de abastecimento de água subterrânea (por exemplo, poços e fossos);
- nas áreas de captação de abastecimento de água ou
- em áreas ambientalmente sensíveis;

Os usuários também devem assegurar que qualquer local usado para armazenar agrotóxicos:

- seja de construção sólida, resistente ao fogo, a extremos de temperatura e à ação

química, e impermeável a líquidos;

- tenha entradas e saídas adequadas com portas resistentes ao fogo e que abram para o lado de fora, sempre que possível;
- seja capaz de conter derramamentos e vazamentos, a fim de proteger o ambiente externo;
- seja mantido seco e seja resistente a condições extremas de temperatura;
- tenha luz adequada;
- seja bem ventilado para eliminar o ar viciado ou contaminado;
- esteja devidamente sinalizado com um sinal de alerta (por exemplo, caveira e ossos cruzados) e protegido contra roubo;
- seja bem organizado para que os agrotóxicos possam ser armazenados facilmente, de forma segura e ordenada com etiquetas bem visíveis.

Outras considerações:

- um fornecimento de água deve estar disponível nas proximidades, mas não na área de armazenagem;
- um registro dos agrotóxicos na área de armazenamento deve ser mantido separadamente em um local acessível no caso de uma emergência como incêndio ou uso não autorizado;
- instalações de primeiros socorros adequadas devem estar disponíveis para o tratamento de pequenas lesões e possível contaminação da pele e dos olhos;
- fumaça e fogo devem ser proibidos na área de armazenamento. Um extintor de incêndio adequado deve estar ao alcance em caso de emergência;
- instalações de lavagem devem situar-se próximas a área de armazenamento e estar equipadas com um lavatório com água corrente limpa, sabão e toalha;
- um espaço ventilado separado deve ser disponibilizado para o EPI e para a roupa pessoal. Este espaço pode ser um armário ou um guarda-volumes e não deve estar dentro da área de armazenamento de agrotóxicos;
- embalagens vazias devem ser lavadas três vezes e armazenadas em uma área segura com resíduos de agrotóxicos; **elas nunca devem ser usadas para armazenar comida, água ou outras substâncias que podem ser consumidas por pessoas ou animais.** Mesmo uma pequena quantidade de resíduo de agrotóxicos pode levar a doença grave ou morte;
- agrotóxicos só devem ser dispensados em equipamentos de aplicação em uma superfície sólida e nivelada perto da área de armazenamento. Qualquer drenagem deve ser em uma área de contenção de agroquímicos, para evitar a poluição do meio ambiente circundante.

Equipamento de proteção individual (EPI):

A maioria dos pesticidas representa um risco para você. Risco este que pode ser controlado por determinadas medidas. A medida mais importante é seguir as instruções dadas pelo fabricante que podem ser encontradas no rótulo ou nas Fichas de Dados de Segurança do Material. EPI refere-se a qualquer roupa, revestimento ou dispositivo destinado a protegê-lo da exposição aos pesticidas. Os itens necessários dependerão dos efeitos nocivos do agroquímico e o modo em que é usado. Na prática, as informações fornecidas na embalagem do agroquímico geralmente especificam o nível de EPI necessário.

Casos de trabalhadores rurais que morrem, são envenenados ou feridos a cada ano por agrotóxicos entram no órgão. Esses agrotóxicos que são muito tóxicos são perigosos mesmo

em quantidades muito pequenas. A contaminação pode ocorrer por inalação, contato com a pele, lábios, boca ou ingestão acidental.

O EPI apropriado, a sua utilização e a sua manutenção são essenciais para a sua proteção quando se usa agrotóxicos perigosos. Isso geralmente é especificado no rótulo do produto do próprio agroquímico. Quando em dúvida, deve-se pedir aconselhamento e o seguinte deve ser considerado na escolha do EPI:

- as peças de vestuário utilizadas não devem absorver líquidos
- as peças de vestuário devem ser resistentes a agrotóxicos
- as peças de vestuário devem vestir bem, sem brechas, para inibir a exposição
- as peças de vestuário devem ser laváveis sem qualquer substância ficar retida em um "ponto armadilha"
- o EPI deve ser prático para o usuário, e não impedi-lo de exercer as tarefas necessárias. O EPI deve ser adequado e respiradores devem ser instalados com o cartucho ou filtro apropriado
- a roupa que você veste no início de cada dia deve estar limpa, seca e em boas condições
- a roupa deve ser usada corretamente. Por exemplo, quando são usadas luvas com um macacão impermeável é uma boa prática usar os punhos das luvas dentro das mangas da camisa, de modo que o escoamento de líquidos não escorra para dentro das luvas
- o EPI deve ser descontaminado após o uso. Luvas e botas devem ser lavadas antes da remoção para evitar a auto-contaminação
- peças de vestuário devem ser armazenadas em uma sala limpa, seca e bem ventilada, separadas das outras roupas

Exemplos típicos de EPI:

- Proteção da cabeça (por exemplo, chapéu)
- Luvas de proteção (por exemplo, luvas grossas)
- Proteção respiratória
- Proteção ocular, facial e de cabeça (por exemplo, óculos de proteção, máscaras, viseiras)
- Botas
- Cabines de máquinas

Links / referências

Sobre as substâncias perigosas

(1) http://www.comcare.gov.au/forms_and_publications/fact_sheets/?a=39119

Organização Internacional do Trabalho: Segurança e saúde no uso de agrotóxicos: Um guia: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/instructionalmaterial/wcms_110196.pdf

Código de prática para a utilização e armazenagem seguras de produtos químicos (incluindo pesticidas e herbicidas) na agricultura:

http://www.workcover.nsw.gov.au/formspublications/publications/Documents/chemicals_in_agriculture_safe_use_storage_code_practice_0422.pdf

Grupo Internacional de Associações Nacionais de Fabricantes de Produtos Agroquímicos, GIFAP, CropLife: *Pictogramas para rótulos de agrotóxicos*

Escolha dos Pesticidas Utilizados

Ano 0

3.2.15	B	Tenha uma lista de todos os pesticidas utilizados e identifique se eles estão na lista Vermelha ou na Âmbar.	O	<input type="checkbox"/>	
3.2.16	B	Não utilize produtos químicos da LMP + Se um material constar na LMP como não para uso em culturas do CJ.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.2.17	B	Candidate-se para a utilização excepcional de determinados materiais proibidos.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

3.2.18	B	Procedimentos de prevenção contra o uso de materiais proibidos.	O	<input type="checkbox"/>
--------	---	-----------------------------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 3

3.2.19	D	Reduza o uso de herbicidas.	O	<input type="checkbox"/>
--------	---	-----------------------------	---	--------------------------

Por que isso é importante?

Assim como acontece com o MIP, a abordagem do Comércio Justo Fairtrade em relação aos agrotóxicos está focada em:

Proteger a saúde das pessoas envolvidas na produção de culturas do Comércio Justo Fairtrade e apoiar a implementação de boas práticas agrícolas, a fim de avançar para a produção sustentável.

A abordagem promove a implementação de uma estratégia de três vertentes:

- O uso de menores quantidades de pesticidas através da adoção do manejo integrado de pragas (MIP);
- A utilização de pesticidas com menor toxicidade (**Escolha dos pesticidas utilizados**);
- Manuseio dos pesticidas de forma a minimizar ou evitar os riscos para a saúde das pessoas.

O Comércio Justo Fairtrade exige que os produtores se abstenham de usar os piores pesticidas na produção de suas lavouras de Comércio Justo Fairtrade. Pesticidas por natureza, são substâncias tóxicas, mas alguns deles são mais perigosos do que outros de diferentes maneiras. Alguns podem ser muito tóxicos em apenas pequenas quantidades e outros podem causar doenças como o câncer. A classificação de perigo dos agrotóxicos pode basear-se nestas características e alguns pesticidas podem apresentar vários tipos de perigos. Há muitas listas e organizações diferentes que abordam a questão dos piores pesticidas.

O Comércio Justo Fairtrade inclui em seus Critérios uma lista de pesticidas perigosos, conhecida como Lista de Materiais Proibidos (LMP). A LMP é um requisito que se aplica a todos os produtores certificados do Comércio Justo Fairtrade. Ela tem duas partes, a parte 1, a Lista Vermelha, que inclui uma lista de materiais proibidos e parte 2, a Lista Âmbar, que inclui uma lista de materiais que serão monitorados e em 2015 será decidido se eles vão ou

não ser incluídos no Lista Vermelha.

A atual Lista Vermelha da LMP pode ser considerada como uma lista composta de listas de base. Listas de base são listas de referência estabelecidas por outras organizações ou como resultado de um acordo internacional e têm uma justificativa clara em termos de impacto, por exemplo poluentes persistentes ou pesticidas com maior toxicidade aguda. As listas de base em que a Lista Vermelha se baseia são:

Acordos internacionais entre governos, como

- POP: A Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes: "um tratado global para proteger a saúde humana e o meio ambiente de substâncias químicas que permanecem intactas no meio ambiente por longos períodos, tornam-se amplamente distribuídas geograficamente, se acumulam no tecido adiposo de humanos e animais selvagens, e têm efeitos adversos para a saúde humana ou para o meio ambiente. A exposição a poluentes orgânicos persistentes (POPs) pode levar a efeitos graves para a saúde, incluindo certos tipos de câncer, defeitos de nascimento, sistema imunológico e reprodutivo disfuncionais, maior suscetibilidade a doenças e até mesmo a inteligência diminuída". (1)
- PIC: A Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas Tóxicas e Pesticidas, também conhecida como Convenção de PIC. O seu objetivo é garantir o intercâmbio de informações no comércio internacional sobre agrotóxicos que são proibidos, retirados ou severamente restringidos em pelo menos dois países em duas regiões por razões de saúde ou ambiental. (2)

Listas de organizações multilaterais, como a

- Lista da Organização Mundial da Saúde (OMS) de Pesticidas extremamente tóxicos, categorias 1a
- Lista da Organização Mundial da Saúde (OMS) de Pesticidas altamente tóxicos, categorias 1b

"Estabelece-se um sistema de classificação para distinguir entre as formas mais e menos perigosas de pesticidas selecionados com base em risco agudo para a saúde humana (que é o risco de uma única ou várias exposições ao longo de um período relativamente curto de tempo)." (3)

Lista de ONG, neste caso, da Rede de Ação Contra Pesticidas (Pesticide Action Network)

- A Dúzia Suja da PAN 12: Lista "Dirty Dozen" da Pesticide Action Network.

Os pesticidas incluídos nessas listas de base estão TODOS incluídos na LMP do Comércio Justo Fairtrade.

A Lista Vermelha inclui muitos desses pesticidas que segundo a Lista das Listas PAN (2009) são proibidos e severamente restringidos na União Europeia. Ela também inclui uma lista de substâncias proibidas ou severamente restringidas nos EUA.

A Lista Âmbar

A Lista Âmbar inclui os pesticidas que não se enquadram na Lista Vermelha, basicamente, porque eles não são POP, PIC, PAN Dúzia Suja ou WHO 1a /1b. De onde vem os pesticidas da Lista Âmbar? Eles são, basicamente, os pesticidas que são proibidos e severamente restringidos nos Estados Unidos e na União Europeia, mas que não estão incluídos na Lista Vermelha.

O objetivo da Lista Âmbar é monitorar esses pesticidas durante um determinado período de tempo, neste caso, até junho de 2015 com a intenção de incluí-los na Lista Vermelha mais tarde. Se as preocupações dos produtores aumentarem em relação a estes pesticidas, por exemplo, eles precisam deles ou é difícil para eles realizarem atividades agrícolas sem estes pesticidas, colocá-los na Lista Vermelha poderia ser adiado com base na análise do caso específico.

Exceções à lógica da Lista Vermelha: com base na realidade do produtor e em áreas proibidas

Exceções só podem ser concedidas até junho de 2015. Isso porque os produtos disponíveis e alternativos ainda não foram identificados. Uma revisão da lista está prevista para ocorrer e uma nova lista será publicada naquele período.

Não é permitido o uso de pesticidas enumerados na Lista Vermelha da LMP para a safra de Comércio Justo Fairtrade, embora algumas exceções sejam permitidas. A lógica para as derrogações à proibição (exceções) é a seguinte:

- Nenhuma derrogação à proibição (sem exceções) pode ser concedida aos agrotóxicos classificados como POP, PIC ou PAN Dúzia Suja.
- Só podem ser solicitados para o uso de materiais proibidos as derrogações que estão especificadas como "derrogações possíveis mediante solicitação" na Lista Vermelha da Lista de Materiais Proibidos do Comércio Justo Fairtrade e em casos de emergência, para pesticidas pertencentes às listas WHO 1a e WHO 1b, enquanto eles não estiverem, ao mesmo tempo listados na POP ou PIC ou PAN – Dúzia Suja (PAN-12).
- O material deve ser extinto o mais rapidamente possível;
- Caso uma escolha alternativa esteja disponível, o material menos tóxicos deve ser utilizado;
- Para todos os materiais proibidos, produtos alternativos estão disponíveis no mercado, bem como uma vasta e crescente gama de alternativas biológicas comerciais;
- Uma derrogação para a utilização de um material proibido não pode ser usada para justificar o uso permanente de um material proibido. O objetivo final deste processo é a eliminação progressiva dos materiais proibidos e substituição de materiais proibidos por alternativas menos nocivas.
- Exceções são concedidas pela FLO-CERT com base numa avaliação do pedido do produtor:
 - o Somente para os seguintes pesticidas WHO 1b podem ser concedidas exceções para **frutas cítricas e decíduas**.
 - azinfos-metilo
 - cadusafos (ebufos)
 - diclorvos
 - metidatião
 - metomil
 - o Somente para os seguintes pesticidas WHO 1b podem ser concedidas exceções para **Flores e Plantas**:
 - cadusafos (ebufos)
 - carbofurão
 - o Somente para os seguintes pesticidas WHO 1b podem ser concedidas exceções no âmbito do procedimento de exceção, **sem restrição específica em termos de culturas** e apenas até junho de 2015:
 - cumatetralil
 - fenamifos
 - metiocarbe

- oxamil
- Os seguintes pesticidas podem ser permitidos sob o procedimento de exceção, **sem restrição específica em termos de culturas**, porque eles foram apenas recentemente movidos da WHO II para a WHO 1b e o Comércio Justo Fairtrade permite algum tempo para que os produtores que utilizam-se destes introduzam mudanças no seu sistema de produção a fim de dar cumprimento:
 - ciflutrina
 - beta-ciflutrina

Como você faz uso de uma exceção?

De acordo com a Lista Vermelha da Lista de Materiais Proibidos do Comércio Justo Fairtrade publicada em maio de 2011, você como produtor pode solicitar a permissão de derrogação para o uso de materiais proibidos. Você deve solicitar a autorização da FLO-CERT antes do material proibido ser usado. Se a utilização de um material proibido for identificada durante uma inspeção, isto pode levar a uma suspensão do certificado.

Se um produtor precisar usar um material proibido que está listado especificamente na Lista Vermelha da Lista de Materiais Proibidos da Fairtrade International (ver o anexo para os critérios de Produtores do Comércio Justo Fairtrade) como aberto para uma derrogação ou em casos de emergência, você deve preencher o **Formulário de Pedido de Derrogação para o uso de Material Proibido** (disponível com um contato regular da FLO-CERT) e enviar o documento para o seu contato regular com a FLO-CERT. As derrogações só podem ser concedidas para material que não esteja ao mesmo tempo listado nas listas POP ou PIC ou PAN – Dúzia Suja (PAN-12).

Você deve demonstrar que a utilização destes materiais está sendo minimizada e que eles estão sendo usados somente em caso de necessidade definitiva, sob condições adequadas que minimizem os riscos para a saúde e utilizando técnicas avançadas. Um plano e registro adequados para substituir esses materiais devem ser desenvolvidos e realizados. Evidências da necessidade devem ser demonstradas pelo produtor.

Caso você queira declarar uma derrogação para o uso de mais de um material proibido, o produtor deve apresentar o Formulário de Pedido de Derrogação para o uso de Material Proibido para cada material proibido.

A FLO-CERT dará permissão para uma derrogação para o uso do material proibido uma vez que o formulário seja submetido à FLO-CERT e os prazos para o plano de eliminação progressiva sejam confirmados pela FLO-CERT. Os prazos previstos no plano de eliminação progressiva não devem exceder um período de 2 anos. Se necessário, o produtor pode solicitar uma extensão de um ano.

A FLO-CERT verificará a integridade das informações fornecidas no Formulário de Pedido de Derrogação para o uso de Material Proibido. O auditor irá verificar a evidência da necessidade e o plano de eliminação progressiva durante as auditorias normais.

O uso de um material proibido com a especificação "derrogações possíveis mediante solicitação" ou o uso emergencial de pesticidas que não tenham sido declarados através de um pedido de derrogação, mas que foi descoberto pelo auditor sendo usado na cultura de Comércio Justo Fairtrade é um grande não-cumprimento e pode levar a uma suspensão imediata.

Caso o auditor conclua que a evidência da necessidade ou que o plano de eliminação progressiva não está em conformidade com as estipulações do critério ou caso o plano de eliminação progressiva não seja implementado de forma adequada, a FLO-CERT irá decidir, caso a caso, se será considerado um não cumprimento grave.

O que devo fazer?

Como uma organização o seu papel é o de estar informado sobre os pesticidas sendo usados por seus membros e informar os produtores sobre os requisitos em relação ao tipo de pesticidas que podem ser utilizados na cultura do Comércio Justo Fairtrade, especificamente aqueles da Lista Vermelha e da Lista Âmbar. É importante que esta informação esteja disponível para o órgão de certificação.

A relevância disso é que isso ajuda a organização a explicar melhor os requisitos para os produtores, bem como para explicar que estes pesticidas representam um elevado risco para a sua saúde. Também é importante porque a organização pode explicar melhor os requisitos de certificação aos produtores. Especificamente a organização deve ser capaz de apoiar os produtores na identificação dos pesticidas proibidos nos Critérios do Comércio Justo Fairtrade, assim como aqueles aos quais pode ser concedida uma exceção e que podem ser usados, mas precisam ser registrados, uma vez que eles estão sendo monitorados (aqueles na Lista Âmbar). Espera-se que o conhecimento sobre os materiais da LMP e a identificação daqueles que ainda estão sendo utilizados pelos agricultores gere esforços na identificação de substitutos disponíveis e promova o intercâmbio de boas práticas.

Lista Âmbar

As organizações de produtores devem recolher informações sobre os materiais presentes na Lista Âmbar que estão sendo usados pelos produtores e informar a FLO-CERT sobre isso para que a Fairtrade International e a FLO-CERT possam analisar quais materiais já podem ser introduzidos na Lista Vermelha uma vez que nenhum produtor tem necessidade de usá-los. Aqueles expressados pelos produtores como necessários terão de ser identificados e serão mantidos sob observação pela Fairtrade International e pela FLO-CERT, mais provavelmente na Lista Âmbar enquanto a avaliação do pedido estiver sendo feita. Os produtores são incentivados a evitar o uso de materiais na Lista Âmbar.

Links / referências

(1) Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, POP
<http://chm.pops.int/Convention/ThePOPs/tabid/673/Default.aspx>

(2) Convenção de Roterdã sobre PIC: Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas Tóxicas e Pesticidas
<http://www.pic.int/TheConvention/Chemicals/AnnexIIIChemicals/tabid/1132/language/en-US/Default.aspx>

(3) Classificação de perigo dos pesticidas recomendada pela OMS
http://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard_2009.pdf

Rede de Ação Contra Pesticidas (Pesticide Action Network):
<http://www.pesticideinfo.org/>

A Lista das Listas - Um catálogo de listas de pesticidas identificando aqueles particularmente prejudiciais à saúde ou para o meio ambiente. Pesticide Action Network UK. 3ª edição, 2009

Solo e Água

Ano 0

Não existem requisitos no ano 0.

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

3.2.20	D	Identifique a terra com risco de erosão do solo e terra erodida.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.23	D	Informe medidas para melhorar a fertilidade.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.24	D	Liste fontes de água.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.26	D	Treine no uso eficiente de água.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 6

3.2.21	D	Treine sobre prevenção ou redução da erosão do solo.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.22	D	Treine sobre o uso adequado de fertilizantes.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.25	D	Mantenha-se informado sobre as fontes de água.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.27	D	Lide com as águas residuais de instalações centrais de forma apropriada.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.28	D	Treine sobre riscos de águas residuais.	O	<input type="checkbox"/>

Por que isso é importante?

Erosão do solo

A erosão do solo é um tipo de degradação do solo. Outros tipos de degradação do solo incluem a salinização, a perda de nutrientes e a compactação. O parágrafo a seguir apenas introduz o conceito de erosão do solo, que é abordado pelo Critério do Comércio Justo Fairtrade para OPP, uma vez que está ligado a práticas agrícolas.

Em geral, a **erosão do solo** significa que o solo é perdido para fins agrícolas. A erosão do solo é um processo natural. O solo é, por exemplo, naturalmente removido pela água (por exemplo, a chuva desprende e transporta o solo) e pelo vento. Animais e seres humanos <http://www.businessdictionary.com/definition/activity.html> também têm um impacto sobre a erosão do solo. Especialmente atividades agrícolas, como o plantio direto, pastoreio excessivo, práticas inadequadas de cultivo, má gestão de fertilizantes e/ou desmatamento da floresta têm um grande impacto sobre a erosão do solo. Todas estas atividades aceleram o processo de erosão. Erosão do solo "acelerada" significa que o solo é removido mais rápido do que ele pode ser substituído por processos de formação do solo. Isso pode afetar tanto as áreas agrícolas quanto o meio ambiente natural.

Consequências típicas da erosão do solo é a infertilidade do solo e, portanto, perda de produtividade, o que leva a desertificação e inundações. Os solos férteis são muito

importantes para a sustentabilidade do seu sistema de produção.

Águas Residuais

Em geral, água residual é a água usada em habitações, instalações industriais, imóveis comerciais e propriedades. As águas residuais englobam uma ampla gama de contaminantes e concentrações potenciais.

O que devo fazer?

Como evitar a erosão do solo? Você pode evitar a erosão do solo através de

- rotação de culturas
- plantio de árvores ou aumentar a cobertura de solo
- criação de quebra-ventos
- crescimento de plantas de cobertura
- aplicação de cobertura vegetal morta

Você pode colocar algumas dessas medidas em vigor para evitar a erosão do solo e manter a fertilidade do solo e a produtividade. Alguns destas medidas são explicados mais abaixo.

Rotação de culturas: a rotação de culturas é uma parte importante no manejo da cultura. Ela refere-se a uma série de diferentes culturas plantadas no mesmo campo seguindo uma certa ordem. O cultivo da mesma cultura no mesmo lugar por muitos anos, muitas vezes aumenta o número de determinadas pragas e doenças das culturas e esgota os nutrientes do solo. Com a rotação, uma cultura que rouba do solo um tipo de nutriente é seguida por uma cultura diferente na próxima estação de crescimento que devolve o nutriente para o solo ou traz uma variação de nutrientes. As vantagens da rotação de culturas são múltiplas:

- Muitas culturas podem ter efeito positivo nas culturas na rotação. Elas podem levar a uma maior produção.
- Rotações são usadas para reduzir pragas e doenças no sistema de cultivo e para controlar ervas daninhas, através da inclusão de espécies de culturas sufocantes ou culturas de cobertura de **adubação verde**.
- Rotações também podem levar a uma melhor qualidade do solo. Os nutrientes são mais bem distribuídos no solo também.
- A rotação de culturas pode diminuir riscos uma vez que más temporadas podem afetar algumas culturas mais do que outras.
- A rotação de culturas pode equilibrar a produção de resíduos através da alternância de culturas que produzem poucos resíduos com as culturas que produzem uma grande quantidade de resíduos duráveis.

Cobertura do solo: Existem dois principais tipos de cobertura do solo, **material vegetal vivo** como culturas e plantas de cobertura e **cobertura vegetal morta ou material vegetal morto**, tais como resíduos de colheita e podas de árvores e arbustos.

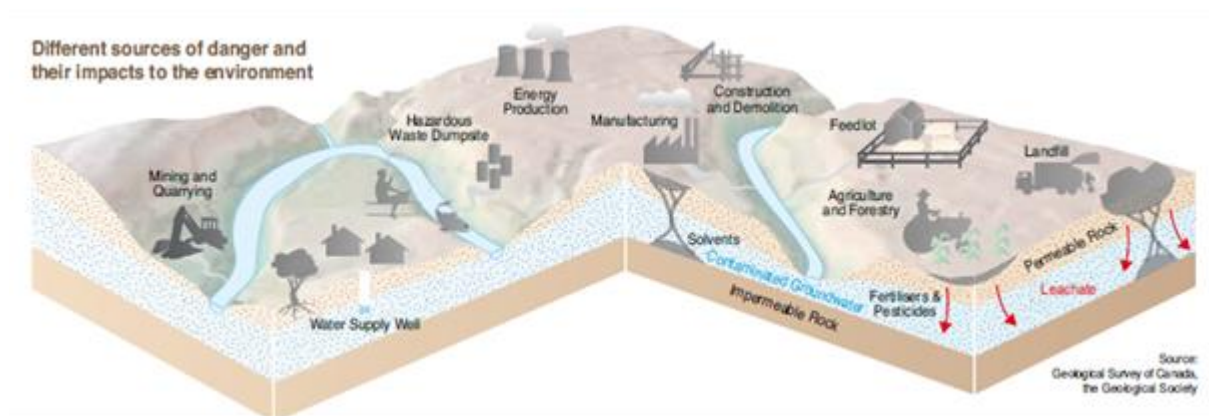
Culturas de cobertura são plantadas para fornecer cobertura do solo. O plantio ajuda a administrar melhor um sistema agrícola. As culturas de cobertura aumentam a fertilidade do solo, a qualidade do solo, a biodiversidade e a vida selvagem. Elas também ajudam a diminuir ervas daninhas, pragas e doenças. Pode-se deixar elas crescerem ao longo da estação de cultivo, ou elas podem ser mortas por serem deixadas na superfície do solo como cobertura vegetal morta.

Cobertura vegetal morta também é usada para cobrir o solo. Há muitas vantagens decorrentes da cobertura do solo:

- Ela protege o solo da chuva, do sol e do vento e, portanto, reduz a erosão do solo e protege o solo fértil, evitando assim o assoreamento de rios e lagos.
- Ela impede a impermeabilização do solo e reduz o escoamento das águas pluviais.
- Ela suprime as ervas daninhas, sufocando o seu crescimento e reduzindo o número de sementes de ervas daninhas. Isso reduz a quantidade de trabalho necessário para a remoção de ervas daninhas.
- Aumenta a fertilidade do solo e o teor de matéria orgânica do solo.
- Aumenta a umidade do solo, permitindo que mais água se infiltre no solo e reduzindo a evaporação.
- A vegetação em decomposição e as raízes de plantas de cobertura melhoram a **estrutura do solo** e tornam o solo mais estável - o que torna mais difícil para a chuva quebrá-lo e levá-lo junto com a água.
- Cobertura do solo estimula o desenvolvimento de **raízes**, que por sua vez melhora a estrutura do solo, permite que mais água penetre no solo e reduz a quantidade de escoamento superficial

Como lidar com águas residuais provenientes de instalações de processamento central

A água é especialmente importante nos processos industrializados (por exemplo, produção, limpeza e lavagem). Se não forem regulados, os efluentes industriais podem ser uma fonte altamente tóxicas de poluição. A figura abaixo mostra diferentes fontes de perigo com relação às águas residuais e a seus impactos sobre o meio ambiente.



Autor: Philippe Rekacewicz, UNEP/GRID-Arendal

Fonte: http://maps.grida.no/go/graphic/different_sources_of_danger_and_their_impacts_to_the_environment

O objetivo da gestão de águas residuais é reduzir o volume e a extensão da poluição da água através de determinadas medidas. Estas medidas incluem a captura de água uma vez que esteja poluída, o tratamento da água poluída e o uso de técnicas para devolvê-la para o meio ambiente e para a reutilização da água residual de forma segura. As soluções mais econômicas costumam se concentrar em impedir a entrada de contaminantes no fluxo de águas residuais ou o desenvolvimento de um sistema fechado de uso da água. A indústria também pode se beneficiar do acesso a recursos hídricos mais limpos com menos impurezas, uma vez que impurezas podem adicionar custos para os processos de produção. Em relação às águas residuais o foco do Comércio Justo Fairtrade é:

- que as águas residuais que saem das instalações de processamento central sejam

tratadas, ou que elas não tenham um impacto negativo sobre a qualidade da água, a fertilidade do solo ou a segurança alimentar.

- que a organização treine seus membros sobre os riscos que a água residuária em geral representa para a saúde humana.

A organização deve primeiro identificar se grandes volumes de água estão envolvidos no processamento dos produtos agrícolas em uma instalação de processamento central. Isto se refere a uma instalação onde produtos de diferentes locais são processados em grandes volumes. Se houver uma instalação de processamento central é importante em primeiro lugar identificar o tipo de resíduo ou poluente presente na água e, em seguida, identificar os possíveis métodos de tratamento. A organização deve implementar métodos de tratamento que evitem a poluição do meio ambiente e riscos para a saúde dos produtores, trabalhadores ou para a comunidade vizinha.

Em relação a outros tipos de águas residuais, por exemplo provenientes de fontes domésticas, existe o risco de que esta água possa transmitir doenças para as pessoas. Estas doenças podem ser evitadas se as pessoas que estiverem expostas a essas águas poluídas tiverem o conhecimento de seus riscos e, pelo menos, implementem medidas que lhes permitam tratar a água ou evitá-la.

Links / referências

Fonte: http://www.fao.org/ag/ca/Training_Materials/Leaflet_Rotations.pdf

Fonte: <http://www.fao.org/ag/ca/AfricaTrainingManualCD/PDF%20Files/05SOIL1.PDF>

Resíduos

Ano 0

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 1

3.2.29	B	Nenhum resíduo perigoso nas propriedades.	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	-------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 3

3.2.30	D	Tenha áreas designadas para a eliminação.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.2.31	D	Aumente a conscientização sobre o re-uso de resíduos orgânicos.	O		<input type="checkbox"/>

Ano 6

Não existem requisitos no ano 6.

Por que isso é importante?

Há muitas definições possíveis de resíduos e diversos tipos de resíduos. Uma definição simples de resíduos abordando principalmente as atividades domésticas é a seguinte:

"Resíduo, comumente chamado de lixo, é algo que todos nós produzimos como parte da

vida cotidiana, mas talvez não costumamos pensar muito nisso. Há muitas definições que são usadas para descrever os resíduos como material que não é mais usado ou necessário ou percebido como sem nenhum valor. Os resíduos frequentemente acabam em aterros, se não são socialmente, ambientalmente ou economicamente viáveis para que possam ser reduzidos, reutilizados ou reciclados."(1)

"A agricultura pode produzir diferentes tipos de resíduos que podem ser na forma líquida, sólida ou gasosa e que podem ser um perigos para as pessoas e/ou prejudicar o meio ambiente. Os resíduos podem ser classificados como orgânicos, o que significa que vêm de seres vivos, como plantas ou animais, ou inorgânico o que significa que vêm de minerais, ou materiais sintéticos como o plástico, por exemplo." (1) Os resíduos podem também ser classificados de acordo com a sua periculosidade.

Das diferentes categorias de resíduos, o Critério do Comércio Justo Fairtrade prioriza dois tipos: resíduos orgânicos e perigosos.

O lixo orgânico é importante por duas razões: primeiro porque geralmente está presente em grandes volumes e pode se tornar um problema se não for tratado de uma forma que evite a sua acumulação. E segundo, se reutilizados ou reciclados os resíduos orgânicos podem se tornar fertilizantes que oferecem nutrientes e também podem contribuir para a melhoria da fertilidade do solo pela adição de matéria orgânica e melhoria da textura.

Os resíduos perigosos são os resíduos que representam um perigo para o meio ambiente ou para a saúde humana, ou para ambos.

Os resíduos perigosos podem estar em estados líquidos, sólidos, gasosos ou lodosos. Os resíduos são perigosos quando se tem uma ou mais das seguintes características: tóxicos, explosivos, infecciosos, radioativos, inflamáveis, corrosivos ou reativos.

A variedade de substâncias perigosas utilizadas em nosso cotidiano traz consigo uma igualmente grande variedade de efeitos bem documentados sobre a saúde. Em alguns casos, estas substâncias podem irritar a pele ou os olhos, tornar difícil a respiração, causar dores de cabeça e náuseas, ou resultar em outros tipos de doença. Algumas substâncias perigosas podem causar efeitos muito mais graves sobre a saúde, incluindo as anomalias de comportamento, o câncer, as mutações genéticas, as disfunções fisiológicas (por exemplo, insuficiência reprodutiva ou renal), deformações físicas e defeitos de nascimento. (2)

Os resíduos perigosos devem ser, pelo menos, recolhidos e não espalhados como lixo ao redor da fazenda. (1)

O que devo fazer?

Você como uma organização deve se esforçar para reutilizar materiais tanto quanto possível e tentar minimizar o uso de materiais que não podem ser prontamente e devidamente reciclados no sistema agrícola. Pode ser difícil livrar-se de materiais como plásticos, metais pesados, outros produtos sintéticos ou toxinas, etc., de uma forma ambientalmente amigável que minimize os riscos para a saúde. Você pode trabalhar na sensibilização entre os seus membros para minimizar o uso de tais materiais, para se certificar de que a eliminação é ambientalmente segura.

Você pode treinar seus membros para identificar resíduos perigosos em potencial na propriedade ou na região e explicar os riscos que eles representam. É importante que os membros entendam que esses tipos de resíduos não devem estar presentes no lixo das propriedades, mas recolhido e colocado em um local especialmente designado, onde o risco deles entrarem em contato com trabalhadores, produtores ou outros membros da comunidade seja evitado. Você pode trabalhar no sentido de centralizar as áreas de

armazenamento e na identificação e fornecimento de alternativas de destinação, juntamente com as autoridades locais ou outras entidades. Você pode procurar aconselhamento para se assegurar de que as alternativas de destinação fornecidas são ambientalmente saudáveis.

Você pode trabalhar no sentido de treinar seus membros sobre a importância do lixo orgânico e da matéria orgânica, os métodos possíveis para o processamento dos resíduos orgânicos e sensibilizar sobre a sua importância para o solo. Possíveis formas de utilizar os resíduos orgânicos são por compostagem e reintroduzindo-os sobre os campos, por cobertura morta e usando adubos verdes.

Links / referências

(1) Definições sobre resíduos

http://www.operationclimatechange.com.au/docs/waste/Teachers_Support_Purchasing_&_Waste_111209.pdf

<http://www.environment-agency.gov.uk/business/sectors/130181.aspx>

<http://www.agriculturalwaste.net/>

(2) <http://www.epa.gov/osweroe1/content/hazsubs/healthaz.htm>

http://www.sepa.org.uk/waste/waste_data/commercial_industrial_waste/agriculture_fishing_forestry.aspx

<http://www.epa.gov/epawaste/conservation/materials/usedoil/index.htm>

<http://www.defra.gov.uk/food-farm/land-manage/nutrients/>

OGM

Ano 0

3.2.32	B	Não use OGM + implemente medidas de prevenção.	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	------------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

Não existem requisitos no Ano 3.

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6.

Por que isso é importante?

Um **organismo geneticamente modificado (OGM)** é um organismo cujo material genético foi alterado através da recepção de genes de diferentes fontes com a ajuda de técnicas de engenharia genética. Por exemplo, este pode ser um novo tipo de cultura que é resistente a certos vírus, pesticidas, herbicidas ou tem outras características que foram alteradas por meio de engenharia genética.

O uso e a produção de OGM podem levar às seguintes consequências: impactos sobre a saúde humana (por exemplo, alérgenos, transferência de marcadores de resistência a antibióticos) e sobre o meio ambiente (por exemplo, transferência de transgenes através da polinização cruzada, redução significativa na biodiversidade), bem como o domínio de produção mundial de alimentos por algumas empresas e o aumento da dependência de nações industrializadas. Portanto, o crescimento/produção intencionais de culturas geneticamente modificadas, plantas e quaisquer outros produtos por produtores do Comércio Justo Fairtrade é proibido.

O que devo fazer?

A contaminação de culturas não-GM por OGM pode ocorrer através do plantio em campos vizinhos por meio da transferência de pólen de um campo para o outro ou durante a colheita, o transporte e o processamento.

A fim de evitar a contaminação por culturas GM recomenda-se que as culturas não-GM (culturas potenciais do Comércio Justo Fairtrade) sejam separadas fisicamente de culturas GM através do estabelecimento de "distâncias de isolamento" e "barreiras de pólen". As distâncias de isolamento são as distâncias mínimas exigidas entre as culturas GM e as não-GM, chamadas zonas tampão e variam a depender do tipo de cultura.

Barreiras de pólen são geralmente naturais. Elas podem ser cercas vivas e árvores destinadas a captura de pólen e que dificultam o movimento do pólen. Barreiras de pólen também podem consistir de culturas convencionais da mesma espécie que a cultura GM, o que pode, na verdade, ser mais vantajoso, uma vez que produzem pólen competitivo, convencional, que pode se sobrepor ao pólen da cultura GM. É importante saber que a faixa tampão das culturas convencionais é considerada parte do rendimento das culturas GM.

No entanto, essas barreiras físicas não garantem 100% de exclusão de contaminação por OGM. Em caso de alto risco de contaminação das culturas do Comércio Justo Fairtrade por OGM, testes podem ser necessários, métodos de testes incluem análise da RCP (reação em cadeia da polimerase) (só pode ser feito em laboratório), e testes em tiras (destina-se a dar resultados rápidos quanto ao fato das culturas estarem contaminadas ou não).

Melhores práticas de gestão para os produtores de culturas não-GM do Comércio Justo Fairtrade

Antes de plantar sua cultura certifique-se de que você conhece:

- As fontes de seu cultivo e de suas sementes (sementes não devem ser OGM);
- Sua propriedade (conheça seus campos para determinar aqueles que têm menor/menor susceptibilidade à contaminação por OGM a partir de campos vizinhos);
- Seus vizinhos (saiba quem está cultivando o que e informe seus vizinhos sobre onde seus campos orgânicos e não-OGM estão localizados);
- Culturas vizinhas (se possível ajuste as datas de plantio, para que as suas culturas não-OGM não polinizem ao mesmo tempo com as culturas OGM);
- Seu equipamento (saiba como o equipamento é usado e limpo, não deixe que o equipamento contamine a cultura não-OGM);
- Seu transporte (inspecione e limpe cuidadosamente os caminhões, certifique-se de que eles estão livres de grãos, poeira e outros materiais estranhos)
- O armazenamento de sua colheita (inspecione e limpe cuidadosamente as unidades de armazenamento antes do uso, certifique-se de que as unidades de armazenamento são separadas e que as culturas OGM e não-OGM não estão armazenadas na mesma vizinhança);
- Sua safra (você pode enviar suas amostras de culturas para testes antes de colhê-

las).

Você e os membros de sua organização também podem estabelecer uma lista de culturas de OGM, fornecedores de sementes (com a ajuda das autoridades locais, bancos de dados e outros meios de distribuição do conhecimento) registrados em seu país/região para se certificar de que a contaminação por sementes geneticamente modificadas seja evitada.

Links / referências

Universidade de Minnesota: Um plano para coexistência. 2004.
(www.misadocuments.info/GMOlegal-21_web.pdf)

Banco de dados de plantas/culturas OGM: <http://www.gmo-compass.org/eng/database/plants/>

Banco de dados de alimentos OGM: <http://www.gmo-compass.org/eng/database/food/>

Banco de dados de métodos de detecção OGM: <http://gmo-crl.jrc.ec.europa.eu/gmomethods/>

Biodiversidade

Ano 0

3.2.33	B	Não tenha um impacto negativo sobre áreas protegidas e de Alto Valor de Conservação (AVC).	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	--------------------------------------------------------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 1

3.2.36	B	Garanta uma colheita silvestre sustentável	O	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	--------------------------------------------	---	---	--------------------------

Ano 3

3.2.37	D	Aumente a conscientização sobre as espécies ameaçadas de extinção.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.38	D	Aumente a conscientização sobre as espécies exóticas invasoras.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 6

3.2.34	D	Relate sobre a biodiversidade.	O	<input type="checkbox"/>	
3.2.35	D	Mantenha zonas-tampão em torno de corpos d'água e entre áreas de produção e de AVC.	O	M	<input type="checkbox"/>

Por que isso é importante?

A diversidade biológica, ou biodiversidade, significa simplesmente a diversidade ou variedade de plantas e animais e outros seres vivos em uma determinada área ou região.

A biodiversidade também significa o número, ou a abundância de diferentes espécies que vivem dentro de uma determinada região. Os cientistas às vezes se referem à biodiversidade de um ecossistema, uma área natural formada por uma comunidade de plantas, animais e outros seres vivos em um ambiente físico e químico particular.

Na prática, "biodiversidade" sugere manutenção da diversidade de espécies em cada ecossistema uma vez que planejamos atividades humanas que afetam o uso da terra e dos recursos naturais.

Tudo o que vive em um ecossistema faz parte da teia da vida, incluindo os seres humanos. Cada espécie de vegetação e cada criatura tem um lugar na terra e desempenha um papel vital no círculo da vida. Plantas, animais e insetos interagem e dependem um do outro pelo que cada um oferece, como alimento, abrigo, oxigênio e enriquecimento do solo.

Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC) são habitats naturais, que são de caráter excepcional ou de importância crítica devido ao seu alto valor ambiental, socioeconômico, de biodiversidade ou de paisagem.

Manutenção e gestão das áreas de AVC contribuem para a conservação das espécies mais valiosas, ecossistemas e paisagens de uma área/região; para a proteção das pessoas contra as inundações, avalanches e erosão do solo; para a conservação dos recursos naturais; para a valorização dos produtos florestais não-madeireiros e para os serviços ambientais; para a conservação da mais valiosa herança e para a identidade cultural de uma região.

Colheita selvagem significa coletar produtos na natureza (por exemplo, plantas medicinais e aromáticas, frutas vermelhas, frutas silvestres, nozes, sementes, cogumelos, forragem, gomas, fibras e etc.) para qualquer razão cultural e/ou econômica. A **colheita selvagem sustentável** visa **assegurar o uso continuado e a sobrevivência a longo prazo** das espécies vegetais e animais e suas populações dentro de seus habitats, respeitando as tradições, culturas e modos de vida das comunidades locais.

Os recursos naturais não são uniformemente distribuídos em todo o mundo e a exploração excessiva de uma determinada população de plantas ou animais, mesmo em um pequeno pedaço de terra pode levar à extinção da espécie, que tem também consequências econômicas. Assim, você precisa estar ciente do fato de que a degradação ambiental e a perda da biodiversidade terá impacto sobre você como produtor.

Zonas tampão são áreas criadas para melhorar a conservação de uma área ou corpo d'água legalmente ou não legalmente protegidos. Zonas tampão podem ser usadas para melhorar a vida selvagem e habitats de peixes, fornecendo alimento, abrigo e sombra, estabilizando solos com sistemas radiculares de plantas, reduzindo a erosão e o escoamento superficial e criando várzeas naturais.

Na agricultura zonas tampão são áreas não cultivadas, que ficam entre duas ou mais áreas, como campos ou florestas. Elas visam a sustentabilidade do uso do solo e dos recursos hídricos (por exemplo, evitar a contaminação de corpos d'água adjacentes com pesticidas) e a reduzir o impacto negativo sobre a biodiversidade e os ecossistemas da região através da criação de uma barreira natural.

Com base em suas funções ecológicas, as zonas tampão contribuem para a melhoria do meio ambiente, e, portanto, para a saúde e o bem-estar humanos, que é um dos objetivos centrais do Comércio Justo Fairtrade.

As **espécies alóctones** são todas as espécies, incluindo plantas, animais, fungos e microrganismos, que foram intencionalmente ou acidentalmente introduzidas em um local, área ou região onde eles não existiam naturalmente anteriormente ou em outras palavras, espécies não-nativas.

As espécies alóctones invasivas são capazes de se reproduzir rapidamente e eliminar as espécies nativas, danificar o habitat necessário para a sobrevivência de espécies nativas, ameaçando assim e degradando a biodiversidade e os ecossistemas locais, impactando negativamente as economias (por exemplo, perdas para as plantações, florestas, pastagens, seu controle de custos) e o bem-estar humano (por exemplo, doenças infecciosas). O prejuízo anual estimado por conta de espécies invasoras em todo o mundo totaliza mais de US\$ 1,4 trilhões, o que equivale a cinco por cento da economia global (The Nature Conservancy, 2011). A fim de garantir a sustentabilidade dos produtores do Comércio Justo Fairtrade é importante evitar a introdução e invasão de espécies alóctones a tempo.

O que devo fazer?

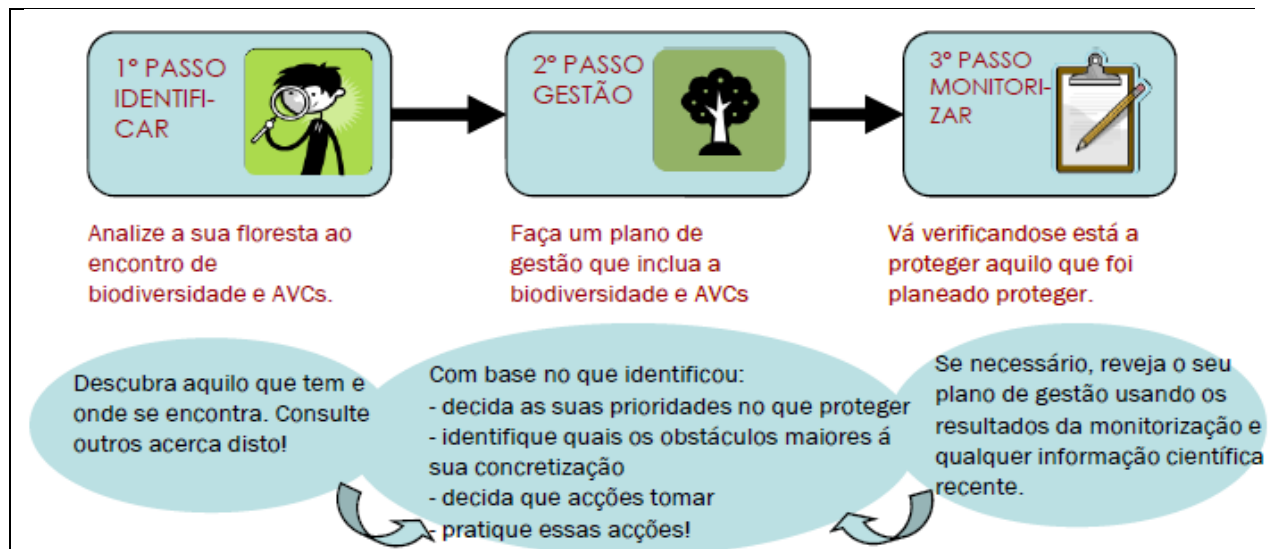


Figura: Passos para identificação, gerenciamento e monitoramento de áreas de AVC
 (Fonte: http://www.hcvnetwork.org/resources/folder.2006-09-29.6584228415/HCV_briefing_note_high_res.pdf
 Desenvolvido pela Proforest para FSC)

Áreas de AVC

Ter áreas de alto valor de conservação (AVC) não significa que você tem que transformar tudo em um local protegido. O contexto de identificação dos Critérios do Comércio Justo de áreas de AVC visa garantir o fornecimento seguro e estável de recursos para os produtores. É por isso que o que você escolhe fazer depende de seus valores identificados. No entanto, uma vez que a área de AVC é identificada como tal, conversões indiretas e perda de altos valores de conservação devem ser avaliadas e minimizadas.

As seis categorias seguintes de AVC, abrangendo tanto os valores ecológicos quanto sociais podem ajudar a identificar potenciais áreas de AVC na sua vizinhança:

1. **Áreas contendo concentrações significativas de valores de biodiversidade globais, regionais ou nacionais.** Estas são áreas ricas em biodiversidade, como uma floresta com muitas espécies de aves globalmente ameaçadas.
2. **Áreas extensas a nível de paisagem significantes nacionalmente, regionalmente ou internacionalmente,** como por exemplo, uma grande extensão de floresta de várzea da Mesoamérica com populações saudáveis de onças, antas, harpias e jacarés, bem como espécies menores.
3. **Áreas que estão em ecossistemas ou que contêm ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo de extinção,** como por exemplo, fragmentos de um tipo regional raro de zona pantanosa de água doce.
4. **Áreas que fornecem serviços básicos de ecossistemas em situações críticas.** Estes podem ser proteção de bacia hidrográfica ou controle de erosão, por exemplo.
5. **Áreas essenciais para suprir as necessidades básicas das comunidades locais,** tais como áreas-chave de caça ou de forrageamento para as comunidades que vivem em nível de subsistência.
6. **Áreas críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais,** tais como cemitérios sagrados dentro de uma área de manejo florestal.

Colheita selvagem

A sustentabilidade do extrativismo selvagem (ou seja, a forma e a quantidade de um produto ou material colhido) depende do habitat e das espécies. Isto significa que os critérios são diferentes dependendo do tipo de espécies e dos habitats onde estas espécies são alocadas e não há parâmetro de valor universal para a definição da sustentabilidade do extrativismo selvagem. Contudo, o quadro abaixo ajuda a identificar o grau de susceptibilidade à

superexploração de plantas de acordo com os seus tipos, as taxas de crescimento e partes de plantas submetidas a colheita.

	Madeira	Casca	Raiz	Folha	Flor	Fruto/semente
Anual	-	-	Alto	Médio	Médio	Alto
Bianual	-	-	Alto	Médio	Médio	Alto
Permanente	-	Médio	Alto	Baixo	Baixo	Baixo
Arbusto	Médio	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Baixo
Árvore	Médio	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Baixo

Tabela: Suscetibilidade das plantas e partes das plantas para extração excessiva (Fonte: www.fao.org)

Zonas tampão

O tamanho preferido de uma zona tampão é variável, dependendo dos objetivos, disponibilidade de terra, os sistemas tradicionais de uso da terra, ameaças e oportunidades. De um ponto de vista ecológico, quanto maior for a zona tampão e quanto mais ela puder ser vista como a extensão de uma área protegida ou de corpo d'água, melhor para a área de conservação e sua biodiversidade, incluindo os processos naturais. Existem vários fatores que precisam ser levados em consideração ao planejar o tamanho de uma zona tampão. Por exemplo, muitas espécies necessitam de condições ecológicas específicas para coisas como a dispersão de sementes, migração, reprodução, procura de comida, etc. Zonas tampão, em áreas tradicionalmente utilizadas pelas populações locais para fins culturais, como cemitérios e lugares sagrados, bem como para as necessidades de subsistência podem ser de qualquer tamanho, desde que o tamanho da área seja suficientemente grande para comportar as referidas atividades.

O tamanho das zonas tampão ao longo de corpos d'água é muitas vezes determinado por lei, dependendo do país. Em geral, a largura de uma zona tampão ao redor/ao longo do corpo d'água é determinada pela topografia, solo, ecologia, paisagem e pelo tamanho do corpo d'água.

Espécies alóctones invasivas

Há vários aspectos que precisam ser levados em consideração para evitar a invasão de espécies:

Não:

- Não introduza espécies exóticas provenientes de outras regiões, países, tipos de habitat;
- Não perturbe o equilíbrio natural, alterando o meio ambiente, como através de desmatamento ou mudança do curso de um rio, e restringindo ou eliminando processos naturais. Em tais casos, **até mesmo algumas espécies nativas podem se tornar invasivas.**

Sim:

- Importe, exporte, transporte, estoque e comercialize com segurança organismos marinhos, agentes de controle biológico, OGM, quaisquer outras espécies nativas e não-nativas de flora e fauna;
- Troque informações e sensibilize a população local sobre os riscos e tendências potenciais relativos a espécies exóticas, etc.

Tenha em mente que mesmo que uma espécie seja benéfica (por exemplo, agentes de controle biológico) ou pequena em tamanho e quantidade, ela **ainda pode ser invasiva**.

Links/referências

Convenção sobre Diversidade Biológica: www.cbd.int

The Nature Conservancy: As espécies invasoras

<http://blog.nature.org/2011/06/invasive-species-fight-mark-davis-peter-kareiva/>

The Nature Conservancy: Proteção de plantas e animais nativos:

<http://www.nature.org/ourinitiatives/habitats/forests/howwework/protecting-native-plants-and-animals-taking-on-the-invaders.xml>

A lista vermelha da IUCN de espécies ameaçadas: <http://www.iucnredlist.org/>

Banco de dados global de espécies invasoras : <http://www.issg.org/database/welcome/>

Para obter informações de referência sobre espécies alóctones invasivas: Convenção sobre Diversidade Biológica <http://www.cbd.int/invasive/>

Para obter informações detalhadas sobre AVC, por favor, verifique página do **Forest Stewardship Council** sobre áreas de AVC: <http://www.fsc.org/high-conservation-values-and-biodiversity-identification-management-and-monitoring.213.htm>

A HCV Network dá uma visão ampla e uma clara definição de áreas de alto valor de conservação com base em perfis de países e interpretações nacionais:

www.hcvnetwork.org/

Padrão Internacional para Coleta Silvestre Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas: www.floraweb.de/map-pro/

Energia e Gases de Efeito Estufa (GEE)

Ano 0

Não existem requisitos no ano 0.

Ano 1

Não existem requisitos no ano 1.

Ano 3

3.2.39	D	Registre o uso de energia nas instalações centrais de processamento, torne o uso de energia mais eficiente e substitua por fontes renováveis.	O	<input type="checkbox"/>
--------	---	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	--------------------------

Ano 6

3.2.40	D	Relate sobre medidas de mitigação das mudanças climáticas.	O	<input type="checkbox"/>
--------	---	------------------------------------------------------------	---	--------------------------

Por que isso é importante?

Gases de efeito estufa (GEE) são gases na atmosfera que absorvem a radiação. Há muitos gases de efeito estufa, mas os que se encontram na maioria das vezes na atmosfera são:

- **Dióxido de carbono (CO₂)**
- **Metano (CH₄)**
- **Óxido nitroso (N₂O)**
- **Vapor de água (H₂O)**

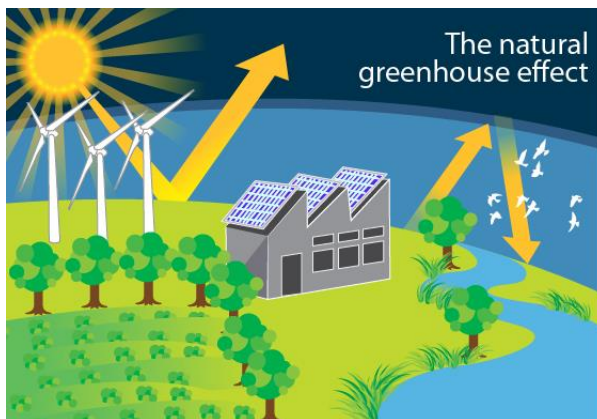
Apesar dos GEE representarem apenas cerca de 1% da atmosfera da Terra, eles regulam o clima, prendendo o calor. Os GEE aquecem a atmosfera da terra. Este fenômeno é chamado de efeito estufa. Na verdade, o efeito estufa é um pré-requisito ambiental essencial para a vida na Terra.

Contudo, uma vez que a quantidade de gases de efeito estufa na nossa atmosfera cresce, há um aumento na temperatura que cria um efeito de aquecimento que é semelhante ao do aquecimento dentro de uma estufa, daí o nome "efeito de estufa". Isto leva então a uma mudança no clima e nos padrões climáticos.

As seguintes atividades (humanas), entre outras, elevam o nível dos diferentes gases de efeito estufa na atmosfera:

- **Queima de combustíveis fósseis** (incluindo a gasolina para motores de automóveis)
- **Certas práticas agrícolas e mudanças no uso do solo**
- **Desmatamento** (árvores usam CO₂ e liberam oxigênio em seu lugar)
- **Muitas fábricas produzem gases industriais de longa duração** (ou seja, GEE industriais)
- **Crescimento da população** (mais pessoas usam mais combustíveis fósseis para

aquecimento, transporte, fabricação e mais agricultura ocorre para o aumento da produção de alimentos).



A relação entre agricultura e GEE / O impacto dos GEE na agricultura

O aumento da quantidade de gases de efeito estufa na nossa atmosfera vem principalmente do desenvolvimento industrial nos países do Hemisfério Norte. Há também um contributo relevante da redução global das árvores. Muitas florestas são exploradas para madeira. Outras são derrubadas para abrir caminho para a agricultura e outras atividades agrícolas. Há cada vez menos árvores para executar a função de transformar o dióxido de carbono em oxigênio. Essa é uma das razões para o aumento dos gases de efeito estufa na nossa atmosfera. Desmatamento também leva a erosão do solo que libera o dióxido de carbono do solo. O dióxido de carbono também é liberado através do uso de combustíveis fósseis para as máquinas, transporte, fornecimento de água para irrigação, etc. Todas essas atividades levam a uma mudança no clima, em outras palavras, o aquecimento global.

GEE e o Comércio Justo Fairtrade

As mudanças climáticas e o aquecimento global têm um grande impacto sobre a agricultura. As OPP são altamente dependentes da agricultura e, portanto, do clima. As OPP podem fazer a diferença, reduzindo os riscos das mudanças climáticas e emissões de GEE. Elas afetam particularmente aquelas pessoas que são dependentes da agricultura, alterando o padrão de estações chuvosas e secas, provocando inundações ou secas e deslizamentos de terra, entre outros impactos negativos. Com a implementação de práticas que sequestram ou "capturam" o carbono, tais como cobertura morta, plantio de árvores, introdução de adubo no solo, entre outras práticas, isto fará com que as propriedades sejam mais capazes de deter o impacto das alterações climáticas, ajudando a reduzir os custos de produção a longo prazo.

O que devo fazer?

Aqui estão alguns exemplos do que você pode fazer para sequestrar carbono ou reduzir gases de efeito estufa na atmosfera:

- Solos férteis permanecem produtivos usando métodos orgânicos e reduzindo a lavoura
- Culturas perenes, plantações de árvores e outros métodos agroflorestais mantêm maior biomassa no sistema de cultivo
- Preserve as florestas e pastagens que mantêm sumidouros de carbono e ao mesmo tempo protegem as bacias hidrográficas
- Re-vegete solos degradados e incorpore biochar (biocarvão)

Outros métodos possíveis são mencionados nos capítulos Solo & água e Biodiversidade (por exemplo, usando culturas de cobertura ou a implementação de zonas tampão). Se você já está envolvido nessas atividades, o Critério encoraja você a relatá-las.

Como identificar pontos de emissão em suas instalações de processamento:

- Avalie contas de energia elétrica,
- Identifique alta energia utilizando equipamentos e tempos,
- Observe onde os problemas podem estar ocorrendo,
- Tome decisões de investimento racionais em equipamentos de economia de energia,
- Compare outros edifícios, técnicas ou lugares.

Outras medidas para reduzir as emissões (em instalações de armazenamento de colheita):

- Melhore o isolamento
- Vede os edifícios
- Coloque um melhor controlador de emissões
- Acionamento de velocidade variável em ventiladores/bombas
- Motores, iluminação, ventiladores e projeto do duto de alta eficiência
- Diminua tarifas de período
- Recuperação de calor no aquecimento de água

Sensibilização dos funcionários, com foco em 'desligar'

Você deve introduzir uma cultura de eficiência energética em sua organização. Incentive as pessoas a "desligar" todos os equipamentos não essenciais e máquinas sempre que for prático; incluindo ventiladores, aquecedores de água, luzes, compressores. Os equipamentos dos locais de armazenamento de culturas, incluindo brocas, luzes, ventilação e aquecedores devem ser desligados quando não for necessário.

Elabore uma lista de manutenção

Você pode compilar uma lista de verificação de manutenção de áreas para resolver onde a energia está sendo desperdiçada através da estrutura do local. Uma programação abrangente deve incluir a verificação dos vidros das janelas, molduras e claraboias. Inclua equipamentos e construa dispositivos elétricos, como luzes e ventiladores. Certifique-se de que a lista é regularmente utilizada e atualizada.

Verifique regularmente as configurações dos equipamentos

Certifique-se de que todos vocês estão cientes de como fazer mudanças nas configuração de aquecimento e ventilação (quando possível) e estão cientes das configurações corretas para diferentes culturas, seus níveis de umidade e a quantidade de colheita que está sendo armazenada.

3.3 Condições de Trabalho

Livre de Discriminação

Ano 0

3.3.1	B	Não discrimine.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.2	B	Nenhum exame durante o recrutamento.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.3	B	Nenhuma punição corporal.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.4	B	Nenhum assédio sexual.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

Não existem requisitos no Ano 3.

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6.

Por que isso é importante?

A discriminação é definida pela Convenção da OIT nº 111 como qualquer distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social (entre outras características), "que têm o efeito de anular ou alterar a igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego ou profissão".

A discriminação no emprego assume muitas formas, e ocorre em todos os tipos de ambientes de trabalho. Isso significa tratar as pessoas de forma diferente por causa de certas características, tais como raça, cor da pele ou sexo, o que resulta em e reforça as desigualdades. Se a liberdade dos seres humanos para desenvolver as suas capacidades e para escolher e perseguir suas aspirações profissionais e pessoais for restrita, independentemente das suas capacidades, logo suas habilidades e competências não podem ser desenvolvidas em seu pleno potencial. Isso leva à frustração na força de trabalho e, eventualmente, significa uma perda de produtividade para o empregador.

O que devo fazer?

Não é permitido oferecer posições, promover ou demitir funcionários, ou fornecê-los benefícios extras com base em raça, cor, sexo, orientação sexual, estado civil, laços familiares, idade, religião, opinião política, filiação sindical, origem nacional ou social, deficiência ou qualquer outra condição. Julgamento só deve ser feito com base na sua capacidade de realizar o trabalho necessário. Qualquer um dirigindo e supervisionando trabalhadores é proibido de usar, apoiar ou aceitar punição inadequada na forma de agressão física ou comportamento ameaçador em gestos ou linguagem. O ambiente de trabalho deve ser livre de qualquer forma de abuso sexual, manipulação ou assédio moral.

A discriminação contra as pessoas vivendo com **HIV/AIDS** é uma preocupação crescente,

especialmente entre as mulheres. Isso pode assumir muitas formas, incluindo exames de pré-emprego levando a uma recusa de contratação, exames de visitantes estrangeiros de longo prazo antes de entrar em um país, e em alguns países, testes obrigatórios para os trabalhadores migrantes.

Outras formas de discriminação incluem demissão sem evidência médica, aviso prévio ou uma audiência, rebaixamento, negação de benefícios de seguro de saúde, reduções salariais e assédio.

Links / referências

Convenção 111 da OIT sobre a Discriminação em matéria de emprego e ocupação:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:1813821563333225::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C111:NO

Serviço de informações da OIT: A eliminação da discriminação no local de trabalho:

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---multi/documents/publication/wcms_116342.pdf

Liberdade de Trabalho

Ano 0

3.3.5	B	Não ao trabalho forçado. Explique aos trabalhadores que eles têm o direito de sair.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.6	B	Nenhum trabalho condicional aos cônjuges	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

Não existem requisitos no Ano 3.

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6.

Por que isso é importante?

O trabalho forçado é o oposto do trabalho decente. As pessoas menos protegidas, incluindo mulheres e jovens, povos indígenas e trabalhadores migrantes, são particularmente vulneráveis.

Na Convenção de Trabalho Forçado, 1930 (Nº 29), a OIT define trabalho forçado como "todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade e para o qual o dito indivíduo não tenha se oferecido espontaneamente" (artigo 2(1)).

Trabalho forçado significa que uma pessoa é obrigada a realizar determinados trabalhos sendo ameaçada com punição ou perda de direitos ou privilégios. Sua forma mais extrema envolve rapto, violência ou contenção física, ou até mesmo ameaças de morte dirigidas à vítima ou parentes. Outras formas incluem ameaças de denunciar as vítimas para as autoridades policiais ou de imigração, quando sua situação de trabalho é ilegal. Os

empregadores, por vezes, também exigem que os trabalhadores entreguem seus documentos de identidade e podem usar a ameaça de confisco desses documentos a fim de exigir trabalho forçado.

Trabalho em regime de servidão, também chamado de servidão por dívida, ocorre quando uma pessoa é forçada a pagar um empréstimo com mão de obra direta, em vez do efetivo pagamento e quando o empregador concede empréstimos sob condições irrazoáveis, tais como taxas de juros muito altas.

Muitas vítimas entram inicialmente em situações de trabalho forçado fora de suas próprias escolhas, por meio de fraude e engano, descobrindo apenas mais tarde que eles não são livres para sair do trabalho, devido à coerção legal, física ou psicológica. O consentimento inicial pode ser considerado irrelevante quando engano ou fraude foi utilizado para obtê-lo.

O que devo fazer?

Qualquer forma de trabalho forçado incluindo trabalho prisional ou em regime de servidão é proibido. As pessoas devem ser livres para deixar o emprego a qualquer momento depois de um período de aviso prévio normal. Os empregadores não podem forçar o cônjuge do trabalhador a trabalhar para eles. Eles têm a opção de trabalhar em outro lugar, se quiserem, mesmo que o empregador forneça alojamento para toda a família.

Aqui estão algumas idéias se uma ação sobre o trabalho forçado for necessária:

- Tenha uma política clara e transparente, descrevendo as medidas tomadas para evitar o trabalho forçado;
- Trate os trabalhadores migrantes de forma justa. Monitore cuidadosamente as agências que fornecem contrato de trabalho, especialmente através das fronteiras e crie listas negras para aquelas conhecidas por terem usado práticas abusivas e trabalho forçado;
- Certifique-se de que todos os trabalhadores têm contratos escritos em uma linguagem que eles podem facilmente compreender, especificando os seus direitos no que diz respeito ao pagamento de salários, horas extras, retenção de documentos de identidade e outras questões relacionadas com a prevenção do trabalho forçado;
- Treine os auditores, os agentes de recursos humanos e de conformidade para que possam identificar o trabalho forçado na prática e buscar soluções adequadas;
- Promova acordos e códigos de conduta por sector industrial (como na agricultura), identificando as áreas onde há risco de trabalho forçado e tome as medidas corretivas adequadas.

Adaptado de: OIT, Programa de Ação Especial de Combate ao Trabalho Forçado, fevereiro de 2007.

Links / referências

Convenção 29 da OIT sobre Trabalho Forçado:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:3868738281794891::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C029:NO

Convenção 105 da OIT sobre a Abolição do Trabalho Forçado:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:2305803869564939::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C105:NO

Estudo da OIT "Custo da Coerção":

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_106268.pdf

Trabalho Infantil e Proteção à Criança

Ano 0

3.3.7	B	Não empregue menores de 15 anos ou a idade mínima legal (se for maior).	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.8	B	Crianças menores de 15 anos estão autorizados a ajudar em fazendas apenas sob condições rigorosas.	M		<input type="checkbox"/>
3.3.9	B	Garanta que crianças menores de 18 anos não trabalhem em situações inseguras, insalubres ou de exploração.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

3.3.10	B	Certifique-se de que as crianças não entrem nas piores formas de trabalho infantil.	O	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	-------------------------------------------------------------------------------------	---	---	--------------------------

Ano 3

3.3.11	D	Implemente medidas preventivas se o trabalho infantil for identificado como um risco.	O	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	---------------------------------------------------------------------------------------	---	---	--------------------------

Ano 6

Não existem requisitos no ano 6.

Por que isso é importante?

Mais de 132 milhões de meninas e meninos com idades entre 5-14 anos trabalham em fazendas e plantações em todo o mundo. As meninas são particularmente desfavorecidas, pois muitas vezes realizam tarefas domésticas antes ou depois de trabalhar nos campos. Longas horas nos campos impedem que as crianças recebam os conhecimentos e habilidades através da educação e da formação que poderiam ajudar a tirá-las da pobreza.

O Comércio Justo Fairtrade quer impedir o trabalho que é prejudicial para as crianças. Uma das formas mais eficazes de prevenir que as crianças comecem a trabalhar muito jovens é definir uma idade mínima – a Fairtrade International segue a convenção 138 da OIT sobre a Idade Mínima. O trabalho infantil continua a ser um imenso problema em todo o mundo e como prioridade é particularmente importante eliminar as piores formas de trabalho infantil. A Fairtrade International segue a convenção 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil.

Nem todo o trabalho que as crianças fazem na agricultura é ruim para elas. Tarefas adequadas à idade da criança, e que não interfiram com a escolaridade e tempo de lazer de uma criança, podem ser uma parte normal do crescimento em um ambiente rural.

O que dizem as piores formas de trabalho infantil?

Piores formas são práticas como a escravidão infantil, trabalho forçado, servidão por dívida, tráfico, prostituição, pornografia e formas de trabalho que são perigosas para a saúde, a segurança e a moral de uma criança. A OIT sugere definições para cada uma dessas categorias, deixando as autoridades nacionais gerar suas próprias listas do que constitui trabalho perigoso para crianças.

O que é proteção da criança?

Proteção da Criança é o termo usado para descrever as responsabilidades e as atividades desenvolvidas para prevenir ou impedir que as crianças sejam abusadas ou maltratadas. Abuso e negligência infantil são definidos como todas as formas de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outras explorações, resultando em danos reais ou potenciais à saúde, à sobrevivência, ao desenvolvimento ou à dignidade da criança.

O Comércio Justo Fairtrade está empenhado em proteger ativamente as crianças do abuso e exploração envolvidos nas piores formas de trabalho infantil.

A Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas define os seguintes princípios orientadores:

Definição da criança (artigo 1): *A Convenção define 'criança' como uma pessoa abaixo da idade de 18 anos, a menos que as leis de um país em particular definam a idade legal para a idade adulta mais jovem. O Comitê sobre os Direitos da Criança, órgão de acompanhamento da Convenção, tem incentivado os países a rever a maioria se estiver abaixo de 18 e aumentar o nível de proteção para todas as crianças menores de 18 anos.*

Melhores interesses da criança (artigo 3): *Os melhores interesses da criança devem ser a principal preocupação nas tomadas de decisões que possam afetá-las. Todos os adultos devem fazer o que é melhor para as crianças. Quando os adultos tomam decisões, eles devem pensar sobre como suas decisões irão afetar as crianças. Isso se aplica especialmente para os legisladores, decisores políticos e formuladores de orçamento.*

Proteção contra todas as formas de violência (artigo 19): *As crianças têm o direito de ser protegidas contra maltratos físicos ou mentais (crianças devem ser devidamente cuidadas e protegidas contra violência, abuso e negligência de seus pais, ou de qualquer outra pessoa que cuide delas).*

O que devo fazer?

Você como uma organização ou membros individuais não deve empregar (contrato) crianças que tenham menos de 15 anos de idade.

As crianças podem ajudar os seus familiares com o trabalho no campo, depois da escola e durante as férias. Se o fizerem, elas devem ser guiadas por um membro adulto da família. Isso não deve impedir a sua presença na escola (por exemplo, por causa de cansaço ou doença), o seu desenvolvimento pessoal ou a sua saúde e deve estar dentro dos limites razoáveis de horas de trabalho. O trabalho pode não prejudicar o seu desenvolvimento em geral, em qualquer sentido.

O que se entende por trabalho perigoso para crianças?

É um trabalho que pode prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. Certas indústrias ou tipos de trabalho apresentam riscos particulares, mas qualquer forma de trabalho infantil pode conter perigos que podem prejudicar uma criança, dependendo das condições de trabalho. As crianças podem ser diretamente expostas a riscos de trabalho óbvios, tais como ferramentas afiadas ou produtos químicos venenosos. Outros perigos para as crianças trabalhadoras podem ser menos aparentes, como o risco de abuso ou problemas decorrentes do excesso de horas de trabalho. Quanto mais perigoso o trabalho, mais extremas serão as consequências. Nenhum funcionário com menos de 18 anos de idade pode realizar trabalhos potencialmente perigosos, ou trabalho durante a noite.

Cabe às autoridades competentes, em consulta com organizações trabalhistas e entidades patronais, determinar o que é perigoso em seu contexto nacional. Muitos países agora estabeleceram listas de trabalhos perigosos para as crianças, mas muitos precisam atualizar suas listas, e outros ainda têm de estabelecer estas listas.

As crianças podem ajudar os pais trabalhando para outros membros (troca de trabalho)?

Não, apenas o trabalho familiar é permitido e troca de trabalho seria contratação.

Deve-se assegurar que as crianças com menos de 15 anos ajudem somente sob condições restritas: só devem trabalhar depois da escola ou durante as férias e serão supervisionadas por um dos pais para que elas sejam devidamente orientadas em suas tarefas. Além disso, se as crianças não forem guiadas por um dos pais ou seu responsável legal, é muito difícil para o órgão de certificação verificar suas identidades e, portanto, avaliar se é um caso de trabalho infantil ou não.

Por favor, note que, em qualquer caso, filhos de trabalhadores não estão autorizados a acompanhar seus pais para trabalhar em propriedades, uma vez que isso pode ser considerado emprego indireto e, portanto, proibido. A prioridade deve ser o melhor interesse da criança.

O que é definido como área / produto de alto risco para o trabalho infantil?

O Departamento do Trabalho dos EUA publica uma lista, a chamada Lista de observação do trabalho infantil e trabalho forçado. <http://www.dol.gov/ILAB/regs/eo13126/main.htm>

Lista 2011: <http://www.dol.gov/ilab/programs/ocft/PDF/2011TVPRA.pdf>

Você deve ser informado sobre a legislação nacional aplicável ao seu caso particular. Você também deve avaliar se o seu produto e sua região têm risco de trabalho infantil. Se assim for, este deve ser identificado como um risco no requisito 3.1.2. Neste caso, você tem que implementar procedimentos para evitar o trabalho infantil. Cabe a sua organização decidir quais as medidas que pretende tomar. Poderia ser, por exemplo, manter registros de todos os trabalhadores com dados relevantes, como idade. Sensibilize todos os membros sobre os direitos das crianças e as regras caso elas ajudem na propriedade da família ou invista em educação primária para todas as crianças.

Se houve trabalho infantil no passado em sua organização, isto deve ser abordado abertamente através de política e programa de remediação, para que as crianças sejam impedidas de serem empregadas e protegidas de entrar nas piores formas de trabalho infantil.

Links / referências

Convenção da OIT C138 sobre a idade mínima:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:5853958683686570::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C138:NO

Convenção da OIT C182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:4006753556604218::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C182:NO

Perguntas e respostas sobre Crianças em trabalhos perigosos:

http://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_155246/lang--en/index.htm

Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

Ano 0

3.3.12	B	Declare Liberdade de Associação.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.13	B	Permita que os sindicatos atendam os trabalhadores.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.14	B	Nenhuma discriminação por conta de adesão ao sindicato.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

3.3.15	D	Estimule a organização dos trabalhadores	O	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	------------------------------------------	---	---	--------------------------

Ano 6

3.3.16	D	Treine os trabalhadores sobre os seus direitos	O	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	------------------------------------------------	---	---	--------------------------

Por que isso é importante?

O direito de organizar e formar organizações de trabalhadores é o pré-requisito para negociação coletiva e diálogo social sadios.

Além de ser um direito, a liberdade de associação permite que os trabalhadores e os empregadores se unam para proteger melhor não só os seus próprios interesses econômicos, mas também as suas liberdades civis, tais como o direito à vida, à segurança, à integridade e à liberdade pessoal e coletiva. Como parte integrante da democracia, este princípio é crucial para a realização de todos os outros princípios e direitos fundamentais no trabalho.

A negociação coletiva é um fórum construtivo para abordar condições de trabalho e termos de emprego e as relações entre empregadores e trabalhadores, ou as respectivas organizações. Ela pode ajudar na antecipação de problemas em potencial e promover mecanismos pacíficos para lidar com eles; e encontrar soluções que levem em conta as prioridades e necessidades dos empregadores e dos trabalhadores.

O que devo fazer?

Você como empregador deve mostrar tanto através de documentação quanto na maneira de trabalhar que você reconhece o direito de todos os trabalhadores de se organizar e negociar como um grupo suas condições de trabalho com a administração. Não deve haver obstáculos para que os sindicatos atendam e informem os trabalhadores.

Se nenhum sindicato ativo existir na área, a organização deve incentivar os trabalhadores a construir sua própria organização de trabalhadores. Durante o horário de trabalho, o empregador deve facilitar o treinamento para melhorar o conhecimento dos trabalhadores sobre os princípios e os direitos e deveres do Comércio Justo Fairtrade para os trabalhadores e pessoal administrativo.

Os empregadores podem agir em diferentes níveis:

No local de trabalho:

- Respeite o direito de todos os trabalhadores de formar e aderir a um sindicato de sua escolha, sem medo de intimidação ou retaliação, em conformidade com a legislação nacional.
- Ponha em prática políticas e procedimentos não-discriminatórios em relação à organização sindical, à filiação sindical e à atividade em áreas tais como pedidos de emprego e decisões sobre avanço, demissão ou transferência.
- Forneça aos representantes dos trabalhadores instalações apropriadas para auxiliar no desenvolvimento de acordos coletivos eficazes.

Na mesa de negociação:

- Reconheça as organizações representativas para fins de negociação coletiva.
- Forneça aos representantes sindicais acesso aos decisores reais para a negociação coletiva.
- Forneça informações necessárias para a negociação significativa.
- Aborde qualquer resolução de problemas ou outras necessidades de interesse dos trabalhadores e dirigentes, incluindo reestruturação e treinamento, processos de despedimento, questões de saúde e segurança, procedimentos de reclamações e de resolução de litígios, e normas disciplinares.

Na comunidade:

- Leve em conta o papel e a função das organizações de empregadores nacionais representativas.
- Tome medidas para melhorar o clima em relações trabalhistas, especialmente naqueles países sem um quadro institucional e jurídico adequado para o reconhecimento de sindicatos e de negociação coletiva.

Documentos necessários para dar cumprimento:

- declare por escrito o direito de aderir a organização de trabalhadores e a negociação coletiva
- se o representante de uma organização de trabalhadores for demitido, a justificativa deve ser enviada para o órgão de certificação
- registre todos os contratos encerrados
- registre os treinamentos sobre direitos e deveres dos trabalhadores

Links / referências

Liberdade de Associação e Proteção do Direito de Sindicalização da OIT 87:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:5968714517915389::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C087:NO

Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva Convenção 98 da OIT:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:240647090079186::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C098:NO

Condições de Emprego

Ano 0

3.3.17	B	Garanta salários mínimos.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.18	B	Garanta salários mínimos também para trabalhos por empreitada.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.19	B	Pagamento regular.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.26	B	Assegure-se de que os requisitos são igualmente aplicados para os trabalhadores subcontratados.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

3.3.21	D	Tenha contratos legais para todos os trabalhadores.	O	M	<input type="checkbox"/>
--------	---	-----------------------------------------------------	---	---	--------------------------

3.3.22	D	Forneça cópias de contratos para os trabalhadores.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.23	D	Aumente os salários para acima do nível mínimo.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.24	D	Atribua trabalho regular para os trabalhadores permanentes.	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 6

3.3.20	D	Estabeleça licença maternidade e outros benefícios sociais.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.25	D	Mesmos benefícios para os trabalhadores temporários e migrantes.	O	M	<input type="checkbox"/>

Por que isso é importante?

Salários, tempo de trabalho, organização do trabalho, proteção à maternidade e arranjos para adaptar a vida de trabalho às exigências da vida fora do trabalho são elementos fundamentais da relação de emprego e da proteção ao trabalhador.

O que devo fazer?

O empregador deve pagar salários iguais ou maiores do que as leis nacionais e os acordos oficiais relativos ao salário mínimo. Todos os trabalhadores devem ter contratos escritos e receber salários regularmente como acordado e em uma moeda válida.

O empregador deve incluir regras claras sobre a licença maternidade, os esquemas de segurança social e os benefícios não monetários (férias, treinamento, etc.) no contrato. Todas as regras devem ser, pelo menos, iguais à legislação nacional. Os salários dos trabalhadores devem ser aumentados passo a passo para acima da média regional ou do salário mínimo oficial em relação à renda adicional que a organização ou os membros recebem por meio do Comércio Justo Fairtrade. Administração e trabalhadores devem discutir aumentos, a fim de alcançar níveis salariais condignos. Sempre que possível, os trabalhadores devem ter contratos permanentes e os empregadores não podem emitir contratos sazonais, a fim de evitar que benefícios sejam dados para os trabalhadores permanentes. Os trabalhadores temporários e migrantes têm direito aos mesmos benefícios que os trabalhadores permanentes. Este também é o caso se eles forem subcontratados.

Uma vez que a situação dos trabalhadores terceirizados temporários e migrantes muitas vezes é particularmente vulnerável, é necessário implementar medidas adicionais (como a seleção de agências de contratação de acordo com orientações pertinentes) para garantir que as condições de trabalho dos trabalhadores também cumpram com o critério.

Links / referências

Convenção 100 da OIT sobre Igualdade de Remuneração:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:81158437850644::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C100:NO

Convenção 110 da OIT, relativa às Condições de Emprego dos Trabalhadores da Plantação:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:2652639710678333::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C110:NO

Saúde e Segurança Ocupacionais

Ano 0

3.3.27	B	Locais de trabalho seguros.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.28	B	Assegure-se de que pessoas vulneráveis estão protegidas da causa do risco.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.29	B	Trabalho alternativo assegurado para pessoas vulneráveis, se necessário.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.30	B	Tenha caixas de primeiros socorros e pessoal treinado.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.31	B	Forneça água e instalações sanitárias para os trabalhadores	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

3.3.32	D	Tenha um representante de saúde e segurança (S&S).	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.33	B	Treine os trabalhadores para trabalhos perigosos.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.34	B	Exiba informações de segurança.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.35	B	Forneça EPI para os trabalhadores para trabalhos perigosos.	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.36	D	Melhore as condições de saúde e segurança (S&S).	O	M	<input type="checkbox"/>

Ano 6

Não existem requisitos no ano 6.

Por que isso é importante?

Trabalhadores em todas as ocupações podem ser confrontados com uma multiplicidade de riscos no local de trabalho. O trabalho na agricultura pode constituir uma ameaça para a sua saúde por muitas razões, tais como a utilização de produtos químicos, ferramentas afiadas, processamento de máquinas e exposição ao mau tempo. Acidentes e lesões não só causam sofrimento humano, mas também há enormes custos para o empregador, resultante do tempo improdutivo dos trabalhadores doentes e para os sistemas nacionais de saúde. Saúde e segurança no trabalho aborda a ampla gama de riscos no local de trabalho da prevenção de acidentes até os perigos mais insidiosos incluindo fumos tóxicos, poeira, ruído, calor, estresse, etc. Prevenir doenças relacionadas ao trabalho e acidentes deve ser o objetivo dos programas de saúde e segurança no trabalho, ao invés de tentar resolver os problemas depois que eles já se desenvolveram.

O que devo fazer?

Você deve trabalhar para reduzir o risco para a saúde e segurança dos agricultores, membros e trabalhadores tanto quanto possível. Mulheres grávidas ou amamentando,

empregados com menos de 18 anos e aqueles com graves problemas de saúde não podem desempenhar tarefas potencialmente perigosas. Instalações adequadas de primeiros socorros devem estar no local. A equipe deve ter água potável e instalações sanitárias disponíveis.

Um representante dos trabalhadores deve ser nomeado com quem os trabalhadores possam resolver questões de saúde e segurança e discutir esses pontos com o empregador. Treinamento adequado, bem como roupa ou equipamento devem ser fornecidos para garantir que o trabalho seja realizado de forma segura. Todas as informações relacionadas com a saúde e a segurança devem ser acessíveis aos agricultores e trabalhadores em linguagem simples e, se possível com fotografias adequadas.

A fim de manter o local de trabalho seguro, exiba informações de segurança apropriadas e melhore as condições gerais de saúde e segurança. É essencial identificar os riscos aos quais os trabalhadores podem estar expostos na situação particular. A seguinte tabela pode servir como um ponto de partida para reconhecer os riscos no local de trabalho.

EXPOSIÇÃO	EFEITO PARA SAÚDE	ESPECIFICIDADE PARA AGRICULTURA
Tempo, clima	Desidratação, câibras de calor, exaustão pelo calor, insolação, câncer de pele	A maioria das operações agrícolas é realizada ao ar livre
Cobras, insetos	Mordidas e picadas fatais ou prejudiciais	Proximidade resulta em alta incidência
Ferramentas afiadas, máquinas agrícolas	Lesões que vão desde cortes até fatalidades; deficiência auditiva causada por máquinas altas	A maioria das situações agrícolas exige uma ampla variedade de níveis de habilidade para as quais os trabalhadores têm pouco treinamento formal e há pouco controle de perigo em ferramentas e equipamentos
Trabalho físico, transporte de cargas	Vários tipos de distúrbios osteomusculares (em grande parte não declarados) principalmente transtornos dos tecidos moles, por exemplo, dor nas costas	O trabalho agrícola envolve condições estranhas e desconfortáveis; e transporte contínuo de cargas excessivas
Pesticidas	Intoxicações agudas, efeitos crônicos, tais como neurotoxicidade, efeitos reprodutivos e câncer	Produtos mais perigosos são utilizados em países em desenvolvimento, com uso mínimo de equipamento de proteção pessoal (EPI)
Poeira, fumos, gases, partículas	Irritação dos olhos e do trato respiratório, reações alérgicas, doenças respiratórias, como a asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, e pneumonite de hipersensibilidade	Os trabalhadores agrícolas são expostos a uma ampla gama de poeira e gases da decomposição de materiais orgânicos em ambientes com pouco controle de exposição e uso limitado de EPI em climas quentes.

<p>Agentes biológicos e vetores da doença</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Doenças de pele como infecções fúngicas, reações alérgicas e dermatoses - Doenças parasitárias como a esquistossomose, malária, doença do sono, leishmaniose, ascaridíase e ancilostomíase - Doenças relacionadas com os animais ou zoonoses como o antraz, tuberculose bovina e raiva (pelo menos 40 das 250 zoonoses são doenças profissionais na agricultura) - Cânceres, como o câncer de bexiga causado por esquistossomose urinária contraída através do trabalho em áreas alagadas na África do Norte e Subsaariana 	<ul style="list-style-type: none"> - Os trabalhadores estão em contato direto com patógenos ambientais, fungos, animais infectados e plantas alergênicas - Os trabalhadores têm contato direto com parasitas no solo, águas residuais / esgotos, ferramentas sujas e habitação rudimentar - Os trabalhadores têm contato direto constante com os animais através da criação, cuidado e abate - Os trabalhadores agrícolas são expostos a uma mistura de agentes biológicos, pesticidas e fumaça de óleo diesel, todos ligados ao câncer
------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Caixas de primeiros socorros:

Caixas de primeiros socorros devem conter materiais adequados e suficientes para a prestação de primeiros socorros básicos, especialmente para sangramentos, ossos quebrados ou esmagados, queimaduras simples, lesões oculares e ferimentos leves.

O conteúdo dessas caixas deve coincidir com as habilidades do pessoal de primeiros socorros, com a disponibilidade de um médico ou de outros profissionais de saúde, bem como a proximidade de um serviço de ambulância ou de emergência. Quanto mais elaboradas as tarefas do pessoal de primeiros socorros, mais completo deve ser o conteúdo dos recipientes.

Uma caixa de primeiros socorros relativamente simples inclui normalmente os seguintes itens:

- pensos (curativos) adesivos estéreis embalados individualmente
- curativos (e bandagens hemostáticas, se for o caso)
- uma variedade de curativos para feridas
- folhas estéreis para queimaduras
- tampões estéreis para os olhos
- bandagens triangulares
- alfinetes de segurança
- um par de tesouras
- solução antisséptica
- bolas de algodão
- luvas descartáveis para lidar com derramamentos de sangue
- Um cartão com instruções de primeiros socorros.

Links / referências

Convenção 155 da OIT sobre Segurança e Saúde no Trabalho:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:4077794078828488::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C155:NO

4. NEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO

4.1 Potencial de Desenvolvimento

Ano 0

Não existem requisitos no Ano 0.

Ano 1

4.1.1	B	Desenvolva um Plano de Desenvolvimento do Comércio Justo (PDCJ).	O	<input type="checkbox"/>
4.1.2	B	Prêmio incluso no PDCJ.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.3	B	Assembléia Geral (AG) aprovou o PDCJ.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.4	B	Contabilidade do PDCJ incluindo o Prêmio.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.5	B	Atualize o PDCJ uma vez que a atividade estiver concluída.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.11	B	Implemente um sistema de alocação ou de quotas para a distribuição da renda do Comércio Justo (para organizações do 2º ou 3º graus apenas).	O	<input type="checkbox"/>

Ano 3

4.1.6	B	Comunique os resultados do PDCJ para a AG.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.7	D	Inclua uma atividade para os trabalhadores no PDCJ.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.8	D	Convide os trabalhadores para a AG.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 6

4.1.9	D	Inclua uma atividade para o meio ambiente no PDCJ.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.10	D	Implemente um processo para coletar as necessidades de desenvolvimento.	O	<input type="checkbox"/>

Por que isso é importante?

O Comércio Justo Fairtrade se destina a trazer fortalecimento e desenvolvimento diretamente para as organizações de produtores, seus membros e suas famílias. Os trabalhadores empregados pela organização de produtores ou por seus membros e a comunidade ao redor deverão também beneficiar-se da participação no Comércio Justo, por meio de seus salários, melhores condições de trabalho e serviços comunitários, por exemplo.

O Prêmio do Comércio Justo é uma quantia extra paga à organização de produtores, além do preço por seus produtos e serve como uma ferramenta para o desenvolvimento e fortalecimento sócio-econômico e ambientalmente sustentável.

Os Critérios do Comércio Justo Fairtrade não prescrevem como as organizações de produtores devem utilizar o Prêmio do Comércio Justo. Os Critérios do Comércio Justo Fairtrade, no entanto, exigem que a seleção de projetos e que a gestão do dinheiro do

Prêmio do Comércio Justo sejam feitas através de processos transparentes, participativos e democráticos. Isso significa que você deve informar a seus membros sobre seus planos e realizações reais feitas com o Prêmio do Comércio Justo e todos podem dar a sua opinião sobre o que deve ser feito com o Prêmio do Comércio Justo.

O que devo fazer?

Você está convidado a atentar para o modelo que a Fairtrade International prevê para o

FAIRTRADE DEVELOPMENT PLAN: SECTION A PLANNING						
Organization:	Objective	Timeline	Person responsible	Premium Budget	Resources	Total Budget
Year:						
Action: What do you want to do?	What do you want to achieve from the chosen action?	By when do you want to finish the action?	Who is responsible for carrying out the action?	How much of the Fairtrade Premium money do you want to spend on this action and for what?	How much non Fairtrade Premium money do you want to spend on this action and for what?	How much money in total do you want to spend on this action?
Workers						
Maintain or improve sustainable production practices within the eco-system						

PDCJ:

http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/documents/generic-standards/2011_05_11_EN_Planning_Reporting_Template_EN_final.pdf

Este modelo destina-se a ajudar os produtores a cumprir com os requisitos deste capítulo e é um guia útil para a conclusão do plano. Você é encorajado a usá-lo, mas você não é obrigado. Você também pode usar suas próprias ferramentas, desde que todos os elementos necessários estejam incluídos.

No mínimo, o PDCJ deve incluir todas as atividades financiadas pelo Prêmio do Comércio Justo. Se você achar o PDCJ útil como uma ferramenta de planejamento, você é incentivado a incluir também atividades financiadas com outro dinheiro além do Prêmio (fundos externos ou fundos de organização).

No ano 3 de sua certificação, você deve informar a seus membros na Assembléia Geral sobre todas as atividades que você planejou realizar usando o Prêmio do Comércio Justo. Este relatório também deve ser documentado. Para isso, há duas seções no modelo do PDCJ, a seção de planejamento (seção A) e a seção de referência (seção B). Você deve relatar na seção B todas as atividades que estão incluídas na seção A. Se for descoberto que as atividades não foram realizadas como foram planejadas, isso não leva a um não cumprimento, desde que exista uma justificativa e o orçamento seja ajustado (alterações devem ser notificadas e aprovadas pela AG).

O dinheiro do Prêmio pode ser usado para qualquer coisa que os membros decidirem de uma forma transparente e democrática, incluindo também, por exemplo, atividades para o cumprimento com certos requisitos. Os produtores devem incluir a descrição da atividade, o objetivo, o cronograma, a pessoa responsável e o orçamento (se aplicável).

No ano 3, você precisa incluir uma atividade para os trabalhadores. Você não é obrigado a fazer um plano ambiental, mas no ano 6, você deve incluir uma atividade para o meio ambiente.

No ano 6, depois de ter adquirido alguma experiência com o processo de planejamento, você deve ter como objetivo melhorar este processo, estabelecendo um procedimento que capture sistematicamente as necessidades de desenvolvimento da sua organização. Este procedimento pode ser uma consulta com todos os seus membros, mas também pode ser entrevistas com agricultores líderes, líderes comunitários, reuniões com os agricultores, a nomeação de um representante que pode ser abordado para idéias ou algo similar. Você é livre para escolher qualquer processo que se encaixe no contexto de sua organização.

Links / referências

Para obter sugestões sobre como utilizar o dinheiro do Prêmio, você pode dar uma olhada na Lista de Ideias da Fairtrade International para o Plano de Desenvolvimento do Comércio Justo:

http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/documents/generic-standards/2011-05-10_List_of_Ideas_FDP_SPO_EN_final.pdf

Você pode usar esta lista para gerar idéias, mas você é incentivado a definir as suas próprias prioridades em função da situação específica de sua organização e seus membros.

4.2 Democracia, Participação e Transparência

Ano 0

4.2.1	B	Tenha uma Assembleia Geral (AG) como o mais alto órgão decisório, igual direito de voto para todos os membros e um Conselho eleito democraticamente.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.2	B	Tenha uma lista de membros e regras de adesão.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.3	B	Siga suas próprias regras.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.4	B	Realize uma AG pelo menos uma vez por ano.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.5	B	Informe seus membros sobre a AG.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.6	B	Tenha atas das reuniões da AG.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.7	B	Aprovação das contas na AG.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.8	B	Administração em prática.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.9	B	Mantenha livros e registros.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.10	B	Tenha uma conta bancária.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.12	B	Aprovação da AG de quaisquer não-membros no Conselho de Administração.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

4.2.11	D	Explique aos membros como eles podem participar na organização.	O	<input type="checkbox"/>
4.2.13	D	Compartilhe os resultados da auditoria com os membros.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 6

Não existem requisitos no Ano 6.

Por que isso é importante?

Pequenas organizações de produtores no sistema do Comércio Justo Fairtrade são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente na definição de políticas e tomada de decisões. Todas as grandes decisões devem, portanto, ser discutidas e decididas na Assembleia Geral anual onde todos os membros estão convidados. Nas organizações primárias (organizações de 1º grau), os membros têm direitos de voto iguais (um membro = um voto).

Homens e mulheres servindo como representantes eleitos no Conselho são responsáveis pelos membros.

O que devo fazer?

Antes da primeira certificação, você precisa ter uma lista de membros atualizada e estatutos legalmente vinculativos (regras) em vigor. Estas regras devem ser seguidas. Para garantir uma boa administração, é necessário que haja pelo menos uma pessoa cuidando da parte administrativa da organização e da contabilidade. A organização também deve ter uma conta bancária e manter registros e livros.

Todos os membros podem participar ou ser representados por um representante na Assembleia Geral anual, que é o órgão principal de tomadas de decisão. Deve ser assegurado que todos os participantes podem participar, decidir e aprovar o relatório anual, o orçamento e as contas. Eles podem participar na eleição do conselho da organização.

Quando os membros da organização se envolvem mais na administração, eles desenvolvem um senso de propriedade e uma melhor compreensão das necessidades e oportunidades. Você deve incentivar os membros a participar de sua administração. A fim de construir conhecimento, compartilhar informações e criar a consciência dos processos. Você deveria fornecer treinamento e formação sobre controle interno. Isto pode incluir coisas como explicar o relatório e as contas dos membros, bem como treinamento no Sistema de Certificação do Comércio Justo Fairtrade e Critérios relevantes do Comércio Justo Fairtrade para que os produtores entendam melhor o sistema Comércio Justo Fairtrade e possam fazer melhor uso de sua representação dentro do sistema. A extensão do programa de treinamento depende do tamanho e da capacidade da organização.

Documentos necessários para o cumprimento:

- regras de adesão
- lista atualizada de membros
- constituição, estatuto social, políticas internas
- atas da assembleia geral, assinada pelo presidente do Conselho e por pelo menos um outro membro, lista de participantes da assembleia geral
- detalhes das contas bancárias e livros de contas apropriados

Links / referências

OIT - Recomendação da Promoção de Cooperativas:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:708918081638844::NO:12100:P12100_ILO_CODE:R193:NO

4.3 Não Discriminação

Ano 0

4.3.1	B	Nenhuma discriminação em prática.	O	<input type="checkbox"/>
4.3.2	B	Tenha regras de adesão de membros não-discriminatórias.	O	<input type="checkbox"/>

Ano 1

Não existem requisitos no Ano 1.

Ano 3

4.3.3	D	Identifique minorias desfavorecidas.	O	<input type="checkbox"/>
-------	---	--------------------------------------	---	--------------------------

Ano 6

4.3.4	D	Tenha programas de apoio para as minorias.	O	<input type="checkbox"/>
-------	---	--------------------------------------------	---	--------------------------

Por que isso é importante?

A Fairtrade International segue a Declaração Universal dos Direitos Humanos sobre acabar com a discriminação. A Declaração rejeita "distinção de qualquer natureza, tais como, raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição" (artigo 2º). Discriminação é fazer uma distinção injusta no tratamento de uma pessoa sobre outra, por motivos que não estão relacionados com capacidade ou mérito.

O que devo fazer?

Você ou seus estatutos não devem fazer qualquer distinção entre os membros em matéria de participação, direitos de voto, direito de ser eleito, acesso aos mercados, acesso a treinamento, suporte técnico ou qualquer outro benefício da associação e não restringir a associação em quaisquer formas de discriminação. Esta pode estar enraizada em preconceitos contra as pessoas que diferem dos valores indicados na raça, cor, sexo, idade, orientação sexual, deficiência, estado civil, religião, opinião política, língua, renda, nacionalidade, etnia ou origem social.

Como requisito de desenvolvimento, você deve identificar grupos de membros desfavorecidos / minoritários de acordo com a renda, área de terra, idade e gênero e estabelecer programas para melhorar a posição desses grupos dentro da organização, em particular no que diz respeito a recrutamento, filiação de pessoal e de comissão, posição de liderança e participação na tomada de decisões. Você deve ser capaz de mostrar como grupos desfavorecidos / minoritários devem apoiar ativamente a participar e assumir uma maior responsabilidade na organização. Um meio para alcançar isto poderia ser, por exemplo, o estabelecimento de uma comissão de mulheres ou de um representante de um determinado grupo étnico no conselho.

Links / referências

A Declaração Universal dos Direitos Humanos: <http://www.un.org/en/documents/udhr/>

Anexo 1: Lista condensada de requisitos para OPP, em ordem cronológica

#	B/D		O/M	<input checked="" type="checkbox"/>
Antes de tornar-se certificado do Comércio Justo Fairtrade				
1.1.1	B	Aceite auditorias e forneça informações relevantes	O	<input type="checkbox"/>
1.1.2	B	Tenha uma pessoa de contato para as questões de certificação	O	<input type="checkbox"/>
1.2.1	B	Deve ser composta por uma maioria de pequenos produtores	O	<input type="checkbox"/>
1.2.2	B	50% do volume de vendas de cada produto do Comércio Justo Fairtrade deve vir de pequenos produtores	O	<input type="checkbox"/>
2.1.1	B	Separe produtos de membros e não-membros	O	<input type="checkbox"/>
2.1.2	B	Tenha um fluxo de produto escrito que vai dos membros até o primeiro comprador	O	<input type="checkbox"/>
2.1.3	B	Mantenha registros dos produtos comprados dos membros	O	<input type="checkbox"/>
2.1.4	B	Identifique documentos de vendas como de Comércio Justo Fairtrade	O	<input type="checkbox"/>
2.1.5	B	Mantenha registros de vendas de Comércio Justo	O	<input type="checkbox"/>
2.1.6	B	Mantenha registros de processamento	O	<input type="checkbox"/>
2.1.7	B	Marque um produto de Comércio Justo Fairtrade como Comércio Justo Fairtrade	O	<input type="checkbox"/>
2.1.8	B	Para o cacau, açúcar de cana, suco ou chá, os produtores que vendem sem rastreabilidade física podem aplicar as regras de balanço de massa somente na etapa de processamento.	O	<input type="checkbox"/>
2.2.1	B	Para os produtores do Comércio Justo Fairtrade recém-certificados, vocês podem vender produtos como Comércio Justo Fairtrade que vocês tiveram em estoque durante o ano passado, mas não mais.	O	<input type="checkbox"/>
2.3.1	B	Não assine novos contratos de Comércio Justo Fairtrade se estiver suspenso	O	<input type="checkbox"/>
2.3.2	B	Pare de vender produtos do Comércio Justo Fairtrade imediatamente se você for descertificado	O	<input type="checkbox"/>
2.3.3	B	Novos Preços do Comércio Justo Fairtrade para novos contratos. Contratos assinados não mudam, mesmo que novos preços sejam publicados	O	<input type="checkbox"/>
2.3.4	B	Assine contratos fornecidos por seus compradores	O	<input type="checkbox"/>
2.4.1	B	Tenha permissão para o uso da Marca do Comércio Justo FAIRTRADE em embalagens por atacado ou material promocional externo	O	<input type="checkbox"/>
2.4.2	B	Assine contrato com a Fairtrade International ou com uma organização de Comércio Justo Fairtrade nacional, se você quiser vender produtos acabados do Comércio Justo Fairtrade para consumidores sob sua própria marca com a Marca do Comércio Justo FAIRTRADE	O	<input type="checkbox"/>

3.1.1	B	Informe os membros sobre os requisitos de produção	O		<input type="checkbox"/>
3.2.1	B	Tenha uma pessoa responsável pelos requisitos ambientais	O		<input type="checkbox"/>
3.2.9	B	O armazenamento central de produtos químicos perigosos deve ser seguro	O		<input type="checkbox"/>
3.2.13	B	Não reutilize embalagens de agrotóxicos para comida ou água	O	M	<input type="checkbox"/>
3.2.15	B	Tenha uma lista de todos os pesticidas utilizados e identifique se eles estão na lista Vermelha ou na Âmbar	O		<input type="checkbox"/>
3.2.16	B	Não utilize produtos químicos da LMP + Se um material constar na LMP como não para uso em culturas do CJ	O	M	<input type="checkbox"/>
3.2.17	B	Candidate-se para a utilização excepcional de determinados materiais proibidos	O	M	<input type="checkbox"/>
3.2.32	B	Não use OGM + implemente medidas de prevenção	O	M	<input type="checkbox"/>
3.2.33	B	Não tenha um impacto negativo sobre áreas protegidas e de Alto Valor de Conservação (AVC)		M	<input type="checkbox"/>
3.3.1	B	Não discrimine	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.2	B	Nenhum exame durante o recrutamento	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.3	B	Nenhuma punição corporal	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.4	B	Nenhum assédio sexual	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.5	B	Não ao trabalho forçado. Explique aos trabalhadores que eles têm o direito de sair	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.6	B	Nenhum trabalho condicional aos cônjuges	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.7	B	Não empregue menores de 15 anos ou a idade mínima legal (se for maior)	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.8	B	Crianças menores de 15 anos estão autorizados a ajudar em fazendas apenas sob condições rigorosas		M	<input type="checkbox"/>
3.3.9	B	Garanta que crianças menores de 18 anos não trabalhem em situações inseguras, insalubres ou de exploração	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.12	B	Declare Liberdade de Associação	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.13	B	Permita que os sindicatos atendam os trabalhadores	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.14	B	Nenhuma discriminação por conta de adesão ao sindicato	O	M	<input type="checkbox"/>
4.2.1	B	Tenha uma Assembleia Geral (AG) como o mais alto órgão decisório, igual direito de voto para todos os membros e um Conselho eleito democraticamente	O		<input type="checkbox"/>
4.2.2	B	Tenha uma lista de membros e regras de adesão	O		<input type="checkbox"/>
4.2.3	B	Siga suas próprias regras	O		<input type="checkbox"/>
4.2.4	B	Realize uma AG pelo menos uma vez por ano	O		<input type="checkbox"/>
4.2.5	B	Informe seus membros sobre a AG	O		<input type="checkbox"/>
4.2.6	B	Tenha atas das reuniões da AG	O		<input type="checkbox"/>
4.2.7	B	Aprovação das contas na AG	O		<input type="checkbox"/>

4.2.8	B	Administração em prática	O	<input type="checkbox"/>
4.2.9	B	Mantenha livros e registros	O	<input type="checkbox"/>
4.2.10	B	Tenha uma conta bancária	O	<input type="checkbox"/>
4.2.12	B	Aprovação da AG de quaisquer não-membros no Conselho de Administração	O	<input type="checkbox"/>
4.3.1	B	Nenhuma discriminação em prática	O	<input type="checkbox"/>
4.3.2	B	Tenha regras de adesão de membros não-discriminatórias	O	<input type="checkbox"/>
SOMENTE com um número significativo de trabalhadores				
3.3.17	B	Garanta salários mínimos	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.18	B	Garanta salários mínimos também para trabalhos por empreitada	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.19	B	Pagamento regular	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.26	B	Assegure-se de que os requisitos são igualmente aplicados para os trabalhadores subcontratados	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.27	B	Locais de trabalho seguros	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.28	B	Assegure-se de que pessoas vulneráveis estão protegidas da causa do risco	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.29	B	Trabalho alternativo assegurado para pessoas vulneráveis, se necessário	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.30	B	Tenha caixas de primeiros socorros e pessoal treinado	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.31	B	Forneça água e instalações sanitárias para os trabalhadores	O	M <input type="checkbox"/>
No primeiro ano de certificação				
3.1.2	B	Identifique possíveis riscos de não cumprimento	O	<input type="checkbox"/>
3.2.7	B	Ao pulverizar pesticidas, manter tampão longe das pessoas	O	M <input type="checkbox"/>
3.2.8	B	Ao pulverizar a partir do ar, não borrife acima de atividade humana e água	O	M <input type="checkbox"/>
3.2.18	B	Procedimentos de prevenção contra o uso de materiais proibidos	O	<input type="checkbox"/>
3.2.29	B	Nenhum resíduo perigoso nas propriedades	M	<input type="checkbox"/>
3.2.36	B	Garanta uma colheita silvestre sustentável	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.10	B	Certifique-se de que as crianças não entrem nas piores formas de trabalho infantil	O	M <input type="checkbox"/>
4.1.1	B	Desenvolva um Plano de Desenvolvimento do Comércio Justo (PDCJ).	O	<input type="checkbox"/>
4.1.2	B	Prêmio incluso no PDCJ.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.3	B	Assembléia Geral (AG) aprovou o PDCJ.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.4	B	Contabilidade do PDCJ incluindo o Prêmio.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.5	B	Atualize o PDCJ uma vez que a atividade estiver concluída.	O	<input type="checkbox"/>
4.1.11	B	Implemente um sistema de alocação ou de quotas para a distribuição da renda do Comércio Justo Fairtrade (para organizações do 2º ou 3º grau	O	<input type="checkbox"/>

		apenas)		
No ano 3				
3.1.3	D	Repita a identificação de possíveis riscos de não cumprimento	O	<input type="checkbox"/>
3.1.4	D	Tenha um procedimento para monitorar o desempenho	O	<input type="checkbox"/>
3.1.5	D	Implemente um sistema de controle interno (SCI) (para organizações de 2º ou 3º graus apenas)	O	<input type="checkbox"/>
3.2.2	D	Treine em MIP	O	<input type="checkbox"/>
3.2.4	B	Treine todos os manipuladores de pesticidas	O	<input type="checkbox"/>
3.2.5	B	Assegure equipamentos de proteção individual (EPI) para todos os membros e trabalhadores	O	<input type="checkbox"/>
3.2.6	D	Aumente a conscientização sobre os perigos e os riscos dos pesticidas para aqueles que não lidam com eles diretamente	O	<input type="checkbox"/>
3.2.10	B	Armazene pesticidas e outros materiais perigosos corretamente	M	<input type="checkbox"/>
3.2.11	D	Rotule claramente todos os pesticidas e produtos químicos perigosos	M	<input type="checkbox"/>
3.2.14	D	Lave três vezes, perfure e armazene adequadamente os recipientes vazios	O	M <input type="checkbox"/>
3.2.19	D	Reduza o uso de herbicidas	O	<input type="checkbox"/>
3.2.20	D	Identifique a terra com risco de erosão do solo e terra erodida.	O	<input type="checkbox"/>
3.2.23	D	Informe medidas para melhorar a fertilidade	O	<input type="checkbox"/>
3.2.24	D	Liste fontes de água	O	<input type="checkbox"/>
3.2.26	D	Treine no uso eficiente de água	O	<input type="checkbox"/>
3.2.30	D	Tenha áreas designadas para a eliminação	O	M <input type="checkbox"/>
3.2.31	D	Aumente a conscientização sobre o reuso de resíduos orgânicos	O	<input type="checkbox"/>
3.2.37	D	Aumente a conscientização sobre as espécies ameaçadas de extinção	O	<input type="checkbox"/>
3.2.38	D	Aumente a conscientização sobre as espécies exóticas invasoras	O	<input type="checkbox"/>
3.2.39	D	Registre o uso de energia nas instalações centrais de processamento, torne o uso de energia mais eficiente e substitua por fontes renováveis	O	<input type="checkbox"/>
3.3.11	D	Implemente medidas preventivas se o trabalho infantil for identificado como um risco	O	M <input type="checkbox"/>
4.1.6	B	Comunique os resultados do PDCJ para a AG	O	<input type="checkbox"/>
4.1.7	D	Inclua uma atividade para os trabalhadores no PDCJ	O	<input type="checkbox"/>

4.1.8	D	Convide os trabalhadores para a AG	O	<input type="checkbox"/>
4.2.11	D	Explique aos membros como eles podem participar na organização	O	<input type="checkbox"/>
4.2.13	D	Compartilhe os resultados da auditoria com os membros	O	<input type="checkbox"/>
4.3.3	D	Identifique minorias desfavorecidas	O	<input type="checkbox"/>
SOMENTE com um número significativo de trabalhadores				
3.3.15	D	Estimule a organização dos trabalhadores	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.21	D	Tenha contratos legais para todos os trabalhadores	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.22	D	Forneça cópias de contratos para os trabalhadores	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.23	D	Aumente os salários para acima do nível mínimo	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.24	D	Atribua trabalho regular para os trabalhadores permanentes	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.32	D	Tenha um representante de saúde e segurança (S&S)	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.33	B	Treine os trabalhadores para trabalhos perigosos	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.34	B	Exiba informações de segurança	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.35	B	Forneça EPI para os trabalhadores para trabalhos perigosos	O	M <input type="checkbox"/>
3.3.36	D	Melhore as condições de saúde e segurança (S&S)	O	M <input type="checkbox"/>
No ano 6				
3.2.3	D	Demonstre a aplicação de pesticidas com base no conhecimento	M	<input type="checkbox"/>
3.2.12	D	O equipamento para derramamentos + plano de pulverização deve ter pouca solução sobrando	M	<input type="checkbox"/>
3.2.21	D	Treine sobre prevenção ou redução da erosão do solo	O	<input type="checkbox"/>
3.2.22	D	Treine sobre o uso adequado de fertilizantes	O	<input type="checkbox"/>
3.2.25	D	Mantenha-se informado sobre as fontes de água	O	<input type="checkbox"/>
3.2.27	D	Lide com as águas residuais de instalações centrais de forma apropriada	O	<input type="checkbox"/>
3.2.28	D	Treine sobre riscos de águas residuais	O	<input type="checkbox"/>
3.2.34	D	Relate sobre a biodiversidade	O	<input type="checkbox"/>
3.2.35	D	Mantenha zonas-tampão em torno de corpos d'água e entre áreas de produção e de AVC	O	M <input type="checkbox"/>
3.2.40	D	Relate sobre medidas de mitigação das mudanças climáticas	O	<input type="checkbox"/>
4.1.9	D	Inclua uma atividade para o meio ambiente no PDCJ	O	<input type="checkbox"/>

4.1.10	D	Implemente um processo para coletar as necessidades de desenvolvimento	O		<input type="checkbox"/>
4.3.4	D	Tenha programas de apoio para as minorias	O		<input type="checkbox"/>
SOMENTE com um número significativo de trabalhadores					
3.3.16	D	Treine os trabalhadores sobre os seus direitos	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.20	D	Estabeleça licença maternidade e outros benefícios sociais	O	M	<input type="checkbox"/>
3.3.25	D	Mesmos benefícios para os trabalhadores temporários e migrantes	O	M	<input type="checkbox"/>